



ânima

**Manual para participação na
Assembleia Geral Ordinária e
Extraordinária**
29 de abril de 2024

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
III. DATA, HORA E LOCAL	5
IV. PROCEDIMENTOS E PRAZOS	6
V. EDITAL DE CONVOCAÇÃO	9
VI. INFORMAÇÕES SOBRE OS TEMAS PARA VOTAÇÃO	13
VII. ANEXOS	15
Anexo 1- Modelo de Procuração	15
Anexo 2 - Proposta da Administração	18

I. INTRODUÇÃO

Este Manual da Assembleia é um documento que reúne as principais informações sobre a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com o objetivo de orientar os acionistas sobre as formas de participação e, também, apresentar os temas que serão tratados na ocasião, para a prévia análise e consideração dos assuntos a serem discutidos.

Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através de mensagem eletrônica (ri@animaeducacao.com.br) que desde já, encontram-se à disposição para atendê-los prontamente em todas as suas necessidades.

Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGE, conforme previsto no Art. 7º da Resolução CVM nº 81/22, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu website (ri.animaeducacao.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Representando nosso Conselho de Administração, convido todos a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada de modo exclusivamente digital no dia 29 de abril de 2024, às 15:00 horas, a fim de deliberar sobre os temas que apresentamos a vocês neste Manual e na nossa Proposta da Administração.

Contamos com a participação de vocês para seguir transformando o país pela educação.

Muito obrigado!

Daniel Faccini Castanho

Presidente do Conselho de Administração

III. DATA, HORA E LOCAL

Data: 29 de abril de 2024

Hora: 15:00

Local: A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital pelo sistema de videoconferência zoom, através de link e senha de acesso, a serem disponibilizados por e-mail após o envio de todas as documentações descritas a seguir.

Em cumprimento a Resolução CVM 81/2022, informamos que a assembleia será gravada.

IV. PROCEDIMENTOS E PRAZOS

A participação dos Acionistas na Assembleia é de grande importância.

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do total do capital social da Companhia. Caso o quórum não seja atingido, a Assembleia não será instalada e ocorrerá nova convocação, por meio de edital. Em segunda convocação, a Assembleia poderá ser realizada com qualquer número de acionistas presentes.

Será admitida a participação de todos os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações – Banco Bradesco S.A. Os acionistas poderão votar na assembleia participando online, pelo link do acesso digital ou por meio de boletim de voto à distância, enviado até o dia 23 de abril de 2024.

Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024 receberão o link e a senha de acesso à sala de videoconferência virtual. Aqueles que não apresentem a documentação de identificação até esta data não poderão participar da assembleia.

O acionista que participar da assembleia online poderá:

- Simplesmente participar da assembleia, sem votar, tenha ou não enviado boletim de voto a distância; ou
- Participar e votar na assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas, ainda assim, queira votar durante a

assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Participação online

A participação na Assembleia de forma online, nos termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, bem como da Resolução CVM 81/2022, deverá observar os procedimentos a seguir:

Documentos a serem apresentados pelos acionistas até o dia 27 de abril de 2024, pelo e-mail ri@animaeducacao.com.br:

- (i) peessoas físicas - documento de identificação;
- (ii) peessoas jurídicas - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria) e
- (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a ata de eleição do representante legal.

Aos acionistas que forem representados por procuração, a Companhia solicita o encaminhamento por e-mail (ri@animaeducacao.com.br) de procurações, com firma reconhecida ou assinatura digital do outorgante, e respectivos documentos de representação, em até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da AGOE, em conformidade com o caput do Art. 8º do seu Estatuto Social, e do parágrafo terceiro do artigo 6º, da Resolução CVM 81/22, conforme alterada.

V. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ÂNIMA HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.288.252/0001-32
NIRE 35300350430

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs(as) Acionistas da Ânima Holding S.A para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), **a ser realizada de modo exclusivamente digital**, no dia 29 de abril de 2024, às 15 horas, a fim de:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Proposta da Administração.
- (2) Deliberar sobre o eventual orçamento de capital para o exercício de 2024, nos termos da Proposta da Administração.
- (3) Deliberar sobre a destinação de eventual lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e sobre a eventual distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração.
- (4) Fixar a remuneração global dos administradores da companhia a ser paga até a assembleia geral ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Proposta da Administração.
- (5) Definir o número de membros para o conselho de administração da Companhia, tendo em vista o pedido renúncia apresentado pela conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca.

Instruções Gerais:

1. A assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital** pelo sistema de videoconferência zoom, através de link e senha de acesso, a serem disponibilizados conforme itens 3 e 4 abaixo;
2. Será admitida a participação de todos os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações – Banco Bradesco S.A.
3. Nos termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, bem como da Resolução CVM 81/2022, deverão ser observados os seguintes procedimentos:
 - (a) A Companhia solicita aos acionistas o encaminhamento por e-mail de procurações, com firma reconhecida ou assinatura digital do outorgante, e documentos de representação em até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da AGOE, em conformidade com o caput do Art. 8º do seu Estatuto Social, e do parágrafo terceiro do artigo 6º da Resolução CVM 81/2022; e
 - (b) Documentos a serem apresentados pelos acionistas: (i) pessoas físicas - documento de identificação, (ii) pessoas jurídicas - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria) e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato

Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a ata de eleição do representante legal.

4. Admite-se a apresentação dos documentos de identificação mencionados no item 3 destas instruções por meio digital, através do e-mail ri@animaeducacao.com.br;

5. Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024 receberão o link e a senha de acesso à sala de videoconferência virtual;

6. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024 não poderão participar da assembleia.

7. O acionista que participar da assembleia poderá:

7.1. Simplesmente participar da assembleia, sem votar, tenha ou não enviado boletim de voto a distância; ou

7.2. Participar e votar na assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas, ainda assim, queira votar durante a assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

8. Em cumprimento a Resolução CVM 81/2022, informamos que a assembleia será gravada.

9. Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE, conforme previsto no Art. 7º da Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu website

(ri.animaeducacao.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

10. Observando o procedimento previsto na Resolução CVM nº 81/2022, “Capítulo III”, os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores.

11. Por fim, a assembleia realizada exclusivamente de modo digital será considerada como realizada na sede da companhia.

São Paulo (SP), 28 de março de 2024.

Daniel Faccini Castanho
Presidente do Conselho de Administração

VI. INFORMAÇÕES SOBRE OS TEMAS PARA VOTAÇÃO

A seguir estão os temas a serem votados na Assembleia e as respectivas explicações, com a recomendação da Administração.

DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Ânima Holding S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas a proposta da administração sobre as matérias que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 15:00h, de modo exclusivamente digital, nos seguintes termos:

1) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas a aprovação das contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (Art. 10, inciso III, Resolução CVM nº 81/2022), além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 1.1.** da Proposta da Administração.

Também estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br): (i) o parecer dos auditores independentes (**Anexo 1.2**); (ii) o parecer do Conselho Fiscal (**Anexo 1.3**.) e (iii) a Ata de Reunião do Conselho de Administração (**Anexo. 1.4**).

2) DELIBERAR SOBRE O EVENTUAL ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas dar por prejudicada eventual retenção relativa ao orçamento de capital, prevista no art. 196 Lei 6.404/76, tendo em vista não haver lucro líquido no exercício a ser retido.

3) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DE EVENTUAL LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E SOBRE A EVENTUAL DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

Não havendo apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Administração considera que este item da ordem do dia está prejudicado.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas não sejam distribuídos valores objeto das reservas de lucro e lucros acumulados, inclusive relativos a exercícios anteriores, face aos objetivos da Companhia de melhoria contínua em seus índices de alavancagem financeira.

As informações indicadas no Anexo A, Art. 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM nº 81/2022, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 3** da Proposta da Administração.

4) FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA A SER PAGA ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM QUE SE DELIBERAR ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL QUE SE ENCERRARÁ EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda a fixação de remuneração global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 24.985.038,92 (vinte e quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trinta e oito reais e noventa e dois centavos), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia e membros dos Comitês, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social.

O montante acima proposto compreende a remuneração fixa e variável da Diretoria, que não inclui, conforme orientação da CVM, os respectivos encargos; sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores e dos membros dos Comitês no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2024.

As informações do item 8 do Formulário de Referência (Art. 12, Instrução CVM nº 481/09) além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 4** da Proposta da Administração.

5) DEFINIR O NÚMERO DE MEMBROS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, TENDO EM VISTA O PEDIDO RENÚNCIA APRESENTADO PELA CONSELHEIRA JULIANA BUCHAIM CORRÊA DA FONSECA.

Tendo em vista que a conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca apresentou, no dia 5 de março de 2024, pedido de renúncia ao cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, a Administração propõe que, nesse momento, seja deliberada a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia em 8 (oito) membros, para cumprir o mandato que se encerrará na Assembleia Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025, atendendo assim ao previsto no art. 12 do Estatuto Social da Companhia.

A Administração salienta que para tal fixação, com redução para oito membros: (i) não é necessária qualquer alteração estatutária relativa à esta questão, uma vez que o art. 12 do Estatuto Social prevê que a Companhia terá um Conselho de Administração de no mínimo 5 (cinco) membros e de no máximo 9 (nove) membros; (ii) mesmo com a renúncia da mencionada conselheira, a Companhia já possui o número necessário de conselheiros(as) independentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Por fim, eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através de mensagem eletrônica (ri@animaeducacao.com.br) ou pelo telefone (+55 11 97206-8816), os quais, desde já, encontram-se à disposição de V.Sas. para atendê-los prontamente em todas as suas necessidades.

VII. ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de Procuração

Por meio deste instrumento particular, [NOME DO ACIONISTA PESSOA FÍSICA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], [ENDEREÇO], portador do documento de identidade nº [RG], inscrito no CPF sob o nº [CPF] (“Outorgante”) OU [NOME DA PESSOA JURÍDICA], [CNPJ], [ENDEREÇO], representado por seus [Diretores/Administradores] (“Outorgante”), nomeia o(a) Sr.(a) [NOME DO PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador do documento de identidade nº [RG], inscrito no CPF sob o nº [CPF], seu(ua) procurador(a), com poderes para representá-lo na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ÂNIMA HOLDING S.A., companhia aberta inscrita no CNPJ/MF 09.288.252/0001-32 e registrada na JUCESP sob o NIRE nº NIRE 35300350430, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 15:00 horas, a fim de participar e votar, inclusive mediante apresentação de Boletim de Voto à Distância, em conformidade com a orientação de voto a seguir:

Orientação de voto

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Proposta da Administração.

() *Aprovar* () *Rejeitar* () *Abster*

(2) Deliberar sobre o eventual orçamento de capital para o exercício de 2024, nos termos da Proposta da Administração.

() *Aprovar* () *Rejeitar* () *Abster*

(3) Deliberar sobre a destinação de eventual lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e sobre a eventual distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração.

(☐) *Aprovar* (☐) *Rejeitar* (☐) *Abster*

(4) Fixar a remuneração global dos administradores da companhia a ser paga até a assembleia geral ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Proposta da Administração.

(☐) *Aprovar* (☐) *Rejeitar* (☐) *Abster*

(5) Definir o número de membros para o conselho de administração da Companhia, tendo em vista o pedido renúncia apresentado pela conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca.

(☐) *Aprovar* (☐) *Rejeitar* (☐) *Abster*

[CIDADE, ESTADO, DIA MÊS ANO]

ASSINATURA DO OUTORGANTE OU SEUS REPRESENTANTES LEGAIS

Anexo 2 – Proposta da Administração

A íntegra da proposta da administração, a seguir, é parte deste manual.

ÂNIMA HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.288.252/0001-32
NIRE 35300350430

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA¹**

SUMÁRIO

DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.....	3
ANEXO 1.....	6
ANEXO 1.1 Item 2 do formulário de referência (Art. 10, inciso III, Resolução CVM nº 81/2022).....	6
ANEXO 1.2. Parecer dos Auditores Independentes (Art. 10, inciso IV, Resolução CVM nº 81/2022).....	39
ANEXO 1.3. Parecer do Conselho Fiscal (Art. 10, inciso V, Resolução CVM nº 81/2022).....	122
ANEXO 1.4. Ata de Reunião do Conselho de Administração.....	124
ANEXO 2 – Justificativa, fontes e aplicações – Orçamento de capital 2024	126
ANEXO 3 – Proposta de destinação do lucro líquido – Anexo A da Instrução CVM nº 81/2022 (art. 10, parágrafo único, II, RCVM 81).....	127
ANEXO 4 – Item 8 do Formulário de Referência (Art. 13, Resolução CVM nº 81/2022).....	130
8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária.....	130
8.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	134
8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	138
8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária.....	140
8.5 - Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) ...	146
8.6 - Outorga de opções de compra de ações	146
8.7 - Opções em aberto	146
8.8 - Opções exercidas e ações entregues	146
8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários	147

8.10 - Outorga de ações	148
8.12 Precificação das ações/opções	150
8.13 - Participações detidas por órgão.....	151
8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	151
8.15 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	151
8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	152
8.17 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	153
8.18 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.....	154
8.19 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	154
08.20 - Outras informações relevantes.....	155

ÂNIMA HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.288.252/0001-32
NIRE 35300350430

**DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA**

O Conselho de Administração da Ânima Holding S.A. ("Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a proposta da administração sobre as matérias que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 15:00h, de modo exclusivamente digital, nos seguintes termos:

1) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas a aprovação das contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (Art. 10, inciso III, Resolução CVM nº 81/2022), além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 1.1.** da presente Proposta.

Também estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br): (i) o parecer dos auditores independentes (**Anexo 1.2**); (ii) o parecer do Conselho Fiscal (**Anexo 1.3.**) e (iii) a Ata de Reunião do Conselho de Administração (**Anexo. 1.4**).

2) DELIBERAR SOBRE O EVENTUAL ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas dar por prejudicada eventual retenção relativa ao orçamento de capital, prevista no art. 196 Lei 6.404/76, tendo em vista não haver lucro líquido no exercício a ser retido.

3) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DE EVENTUAL LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E SOBRE A EVENTUAL DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

Não havendo apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Administração considera que este item da ordem do dia está prejudicado.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas não sejam distribuídos valores objeto das reservas de lucro e lucros acumulados, inclusive relativos a exercícios anteriores, face aos objetivos da Companhia de melhoria contínua em seus índices de alavancagem financeira.

As informações indicadas no Anexo A, Art. 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM nº 81/2022, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 3** da presente proposta.

4) FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA A SER PAGA ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM QUE SE DELIBERAR ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL QUE SE ENCERRARÁ EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda a fixação de remuneração global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 24.985.038,92 (vinte e quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, trinta e oito reais e noventa e dois centavos), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia e membros dos Comitês, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social.

O montante acima proposto compreende a remuneração fixa e variável da Diretoria, que não inclui, conforme orientação da CVM, os respectivos encargos; sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores e dos membros dos Comitês no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2024.

As informações do item 8 do Formulário de Referência (Art. 12, Instrução CVM nº 481/09) além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 4** da presente Proposta.

5) DEFINIR O NÚMERO DE MEMBROS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, TENDO EM VISTA O PEDIDO RENÚNCIA APRESENTADO PELA CONSELHEIRA JULIANA BUCHAIM CORRÊA DA FONSECA.

Tendo em vista que a conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca apresentou, no dia 5 de março de 2024, pedido de renúncia ao cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, a Administração propõe que, nesse momento, seja deliberada a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia em 8 (oito) membros, para cumprir o mandato que se encerrará na Assembleia Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025, atendendo assim ao previsto no art. 12 do Estatuto Social da Companhia.

A Administração salienta que para tal fixação, com redução para oito membros: (i) não é necessária qualquer alteração estatutária relativa à esta questão, uma vez que o art. 12 do Estatuto Social prevê que a Companhia terá um Conselho de Administração de no mínimo 5 (cinco) membros e de no máximo 9 (nove) membros; (ii) mesmo com a renúncia da mencionada conselheira, a Companhia já possui o número necessário de conselheiros(as) independentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Por fim, eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através de mensagem eletrônica (ri@animaeducacao.com.br) ou pelo telefone (+55 11 97206-8816), os quais, desde já, encontram-se à disposição de V.Sas. para atendê-los prontamente em todas as suas necessidades.

São Paulo (SP), 28 de março de 2024.

Daniel Faccini Castanho
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO 1

ANEXO 1.1 Item 2 do formulário de referência (Art. 10, inciso III, Resolução CVM nº 81/2022)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso [website](https://ri.animaeducacao.com.br/) (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no [website](http://www.cvm.gov.br) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

(em milhões de Reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita bruta consolidada	7.648,6	7.078,6
EBITDA ¹	1.066,4	970,8
EBITDA Ajustado ²	1.208,1	1.073,0
Margem EBITDA Ajustada ³	32,4%	30,1%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$7.078,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$7.648,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nosso EBITDA Ajustado exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1,208,1 milhões (margem EBITDA Ajustada de 32,4%) versus R\$ R\$1.073,0 milhões (margem EBITDA Ajustada de 30,1%) no mesmo período do ano anterior. O avanço da margem está diretamente relacionado às iniciativas adotadas para redução de custos e despesas, gerando um melhor controle do G&A, além de iniciativas de reestruturações internas em busca de maior sinergia entre as áreas, cujo impacto mais relevante se deu no segmento Core.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 78,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 558,1 milhões, refletindo a nossa capacidade de gerir adequadamente as nossas obrigações com colaboradores, estudantes fornecedores e credores. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente

A tabela a seguir evidência determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
(em milhões de Reais)	2023	2022
Dívida Líquida ¹	2.845,9	2.654,5
Dívida Líquida Ajustada ²	2.998,0	2.907,9
Dívida Líquida com o efeito IFRS 16 ³	4.301,9	4.414,6
Liquidez corrente ⁴	1,0	1,4
Índice de endividamento ⁵	0,7	0,7
Rentabilidade ⁶	-5,71%	0,32%
¹ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 2.5 do Formulário de Referência. ² Para maiores informações sobre a Dívida Líquida Ajustada, vide item 2.5 do Formulário de Referência. ³ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 2.5 do Formulário de Referência. ⁴ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais. ⁵ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais. ⁶ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.		

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2023 era composta de 30% de capital próprio e 70% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	(em R\$ milhões)	
Capital próprio		
Capital Social	2.451,7	2.451,7
Reservas de capital	25,2	39,1
Ágio em transações de capital	(157,4)	(136,1)
Ações em tesouraria	(178,3)	(184,3)
Reservas de lucros	263,4	592,8
Participação dos acionistas não controladores	452,9	438,3
Patrimônio líquido	2.857,5	3.201,5
Capital de terceiros		
Passivo circulante	1.692,2	1.755,2
Passivo não circulante	5.106,0	5.775,3
Total do passivo	6.798,2	7.530,5
Total do passivo e patrimônio líquido	9.655,7	10.732,0

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio Líquido totalizou R\$2.857,5 milhões em 31 de dezembro de 2023. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$ 3.201,5 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$ 342,5 milhões.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2023, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos registradas no passivo circulante e não circulante e outras obrigações) no valor de R\$3.830,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos registrados no passivo circulante e não circulante) no valor de R\$4.131,2 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2023, contávamos com uma Dívida Líquida de R\$ 2.845,8 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$3.830,4 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$984,5 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Endividamento¹	3.830,3	4.131,2
Caixa e disponibilidades de caixa	984,5	1.476,6
Disponibilidade (Dívida) Líquida	(2.845,8)	(2.654,6)
¹ Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos derivativos e outras obrigações		

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2022 a 2023 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados em melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma de *campi*, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 2.1(f) do Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 31 de dezembro de 2023, nossa posição de caixa correspondia a R\$984,5 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

				Saldo em 31 de dezembro de	
Modalidade Moeda		Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	2023	2022
Capital de giro	R\$	Prefixado 7,00% a CDI + 6,80%	2027	703,9	226,0
IFC	U\$	SOFR + 2,43%	2028	174,6	226,5
IFC	R\$	CDI + 1,49%	2024	13,2	39,6
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 4,75%	2029	2.905,5	3.618,0
			Total	3.797,1	4.110,2

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debêntures.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation* (IFC), no montante de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, ao valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150,0 milhões, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses. O pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020. O pagamento dos juros ocorreu anualmente em 29 de maio de 2019 e 29 de maio de 2020. A partir de 29 de maio de 2020, o pagamento de juros passou a ser realizado trimestralmente.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à *International Finance Corporation* (IFC) no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões

Em 12 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) na data de emissão ("Debêntures", "Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente), sendo (i) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes às debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e (ii) R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) correspondentes às debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"). Sobre as Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa DI Over"), acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 3,7500% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"). Sobre as Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,7500% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2021 e, o último, na data de vencimento da respectiva série de Debêntures. O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série, será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, será amortizado semestralmente, em parcelas consecutivas, a partir do 30º (trigésimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, e as parcelas serão pagas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e o último, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

Em 28 de março de 2022, Administração da Inspirali, aprovou a realização 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000.000,00. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Em 31 de março de 2022 realizamos o pré-pagamento de R\$1,94 bilhão relativos à 2ª série da 3ª Emissão de Debêntures (referente ao montante emitido de R\$2 bilhões, sobre os quais incide taxa de juros de CDI+4,75% ao ano) e R\$121,81 milhões de juros, totalizando R\$2,06 bilhões pagos. Nessa 2ª série houve prêmio de pré-pagamento de 0,60% *flat*. Os valores residuais de cada série da debênture continuam sujeitos aos exatos termos dispostos na escritura da 3ª emissão.

Em 20 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a realização da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, a Companhia, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista sendo que (i) as Debêntures emitidas no âmbito da primeira série servirão como lastro dos CRI CDI, doravante denominadas "Debêntures CDI"; no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), tem duração de 5 anos (bullet) e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas DI, acrescida de sobretaxa (spread) de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da segunda série servirão como lastro dos CRI IPCA, doravante denominadas "Debêntures IPCA" no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), tem duração de 7 (sete) anos (amortizações programadas nos anos seis e sete) e remuneração prefixada de 8,0491% a.a.

Em 28 de abril de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.380 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,65% a.a) com o principal em 12 (doze) parcelas trimestrais, sendo a primeira devida em 28 de julho de 2024 e a última em 28 de abril de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente RF LP Empresa.

Em 26 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização o termo de emissão da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia fidejussória, em espécie única, para colocação privada, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Foram emitidas 100.000 (cem mil) notas comerciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diários do DI, acrescida de spread de 3,25% ao ano, o vencimento será em 01 de junho de 2026.

Em 28 de junho de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.411 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,6% a.a) com os juros sendo pagos mensalmente, bem como o principal em 06 (seis) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 25 de dezembro de 2024 e a última em 25 de junho de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente FUNDO RF DI TP FI.

Em 04 de julho de 2023, celebramos contrato de empréstimo nº 191.101.412 com o *Banco do Brasil*, no montante de R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), com uma taxa média de (CDI + 2,6% a.a) com os juros sendo pagos mensalmente, bem como o principal em 06 (seis) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 25 de janeiro de 2025 e a última em 25 de julho de 2027. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária, os direitos creditórios-capital e respectivos rendimentos, na importância de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil de reais), consubstanciados na aplicação Financeira de propriedade de proponente FUNDO RF DI TP FI.

Em 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou a realização o termo de emissão da 2ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia fidejussória, em espécie única, para colocação privada, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) notas comerciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diários do DI, acrescida de spread de 3,25% ao ano, o vencimento será em 13 de agosto de 2028.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC	10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	IFC (a)	10/07/2020	R\$ 242.320.800,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte,	2,43% a.a

						Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	SOFR
Ânima Holding	Banco Bradesco (líder)	29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú (líder) (b)	21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	3,475% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Bradesco (líder) (c)	14/04/2021	R\$ 2.500.000.000,00	15/04/2023 (1ª série) 15/04/2027 (2ª série)	Debêntures	Garantia Fidejussória	CDI + 3,75% (1 série) CDI + 4,75% (2 série)
Inspirali Brasil	Banco Bradesco (líder)	31/03/2022	R\$ 2.000.000.000,00	30/03/2027	Debêntures	Real	2,60% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	XP Investimentos (líder)	28/12/2022	R\$ 800.000.000,00	13/12/2027 (1ª série) 13/12/2029 (2ª série)	CRI CDI CRI IPCA		CDI + 1,65% IPCA + 8,0481 %
Ânima Holding	Banco do Brasil	28/04/2023	R\$ 100.000.000,00	28/04/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,65% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	Banco do Brasil	28/06/2023	R\$ 100.000.000,00	25/07/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,60% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	Banco do Brasil	04/07/2023	R\$ 98.000.000,00	25/07/2027	Capital de giro	Aplicação Fundo (Anima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA	2,60% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	Banco ABC	26/05/2023	R\$ 100.000.000,00	01/06/2026	Nota Comercial	Fiança + 100% recebível SOCEC	3,25% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	Banco ABC	14/08/2023	R\$ 50.000.000,00	13/08/2026	Nota Comercial	Recebíveis: RITTER e Fiança: ASPEC/FADERGS/IBMR/SOCEC	3,25% a.a + 100% CDI

- (a) Em 25 de agosto de 2023 foi realizada renegociação da taxa de juros de 2% a.a para 2,42826% a.a
- (b) Em 30 de junho de 2023 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), por meio da qual foi aprovada, dentre outras matérias, concessão de dispensa de medição dos índices financeiros prevista para ser realizada com base nas informações financeiras da 30 de junho de 2023. As medições dos índices financeiros passarão a ocorrer semestralmente, a partir de dezembro

de 2023. Em decorrência das deliberações aprovadas na AGD, o índice “Dívida líquida / EBITDA ajustado” foi modificado de 3,0 para 3,5, a taxa de juros foi reajustada de 1,35% a.a. para 3,475% a.a em julho de 2023, e a Companhia realizou uma oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures da segunda emissão. A oferta de resgate antecipado foi na quantidade de debêntures equivalente ao montante total de R\$ 41.454, liquidado em 7 de agosto de 2023.

- (c) A Companhia decidiu realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da segunda série da terceira emissão, em 7 de julho de 2023, com o seu consequente cancelamento. O valor total do resgate antecipado, incluindo todos os encargos financeiros e custos da transação, foi de R\$ 67.040.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 31 de dezembro de			
	2023		2022	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	2.575,7	68	2.260,5	55
Obrigações quirográficas	1.221,5	32	1.849,7	45
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures¹	3.797,1	100	4.110,2	100
¹ Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)				

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2023 são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

Em dezembro de 2023, renegociamos com o IFC os índices mínimos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo os seguintes:

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,05;
- Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado –inferior a 3,37
- EBITDA ajustado / Despesa financeira líquida – não inferior a 0,70

✓ Debêntures ANIM12

- EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro – superior a 1,3;
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 3,0; e
- Índice de Liquidez Corrente– superior a 1,3.

✓ Debêntures Inel11 (Inspirali)

- Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) -Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,0
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30

✓ Debêntures/CRI Ânima

- Até 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 31 de junho de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;
- A partir de 30 de junho de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras - Superior a 1,3

✓ Notas Comerciais - Anima

- A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 30 de junho de 2025 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;

✓ Capital de Giro - Anima

- A partir de 31 de dezembro de 2023 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5;

- Capital de Giro - Rede

- A partir de 30 de junho de 2024 (inclusive) – Dívida Financeira Líquida / EBITDA - Inferior a 3,5.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas na Emitente relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores da data base, o lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão não relacionadas aos passivos de direito de uso (ou passivos de arrendamento), conforme aplicável, bem como dos juros e multas recebidos sobre as mensalidades pagas em atraso às escolas e sistemas de ensino e dos gastos de natureza não recorrente;

“EBITIDA” significa o lucro/prejuízo líquido do período, o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial

“EBITDA Ajustado Pro Forma” o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura da Escritura de emissão, o Ebitda Ajustado Pro Forma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluindo, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladoria da Emissora elaboradas a partir de balanços contábeis das empresas auditadas.

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Financeira Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, fornecedores e impostos em atraso, mútuos e leasings à pagar, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia assinou uma Carta de Dispensa (“Waiver Letter”) com o International Finance Corporation (“IFC”), na qual obteve waivers: (i) autorizando a antecipação de recebíveis de cartões de créditos e PraValer no valor total de até R\$ 100.000.000,00 antes de 31 de março de 2024 (ii) considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição da Laureate Brasil, renegociando os índices de “Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado”, “EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida” e “Liquidez Corrente” exclusivamente para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2023. A referida Waiver Letter não implicou em nenhuma outra dispensa, alteração ou variação de quaisquer disposições do contrato de empréstimo com o IFC, as quais permanecem em pleno vigor e efeito.

Os contratos relacionados abaixo possuem cláusula *cross-default*. Do endividamento total 94,5% estão sujeitos a cláusula. O descumprimento e/ou quebra dos *covenants* também poderá acarretar o vencimento antecipado.

<i>Moeda nacional</i>	(em R\$ milhões)
Debêntures 1ª emissão	-
Debêntures 2ª emissão	73.810
Debêntures 3ª emissão - série 1	-
Debêntures 3ª emissão - série 2	-
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	2.068.391
IFC	13.154
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	788.984
<i>Moeda estrangeira</i>	
IFC	174.629
Banco ABC	100.375
Banco ABC	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro	104.566
Banco do Brasil	195.533

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$ 23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$ 4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$ 5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2023 possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às desta seção 2.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação, extensão e ensino técnico, incluídos em nosso segmento Ânima Core. O segmento Ânima Core respondeu por 62% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, a HSM, instituição de educação corporativa, a EBRADI, escola brasileira de direito, formam o segmento de Lifelong learning, que representa 5% das receitas no referido exercício. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada. Como uma visão adicional, destacamos a importante participação da Inspirali – que os serviços estão consolidados em sua maior parte no Ensino Acadêmico e têm atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina – respondeu por 34% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

No Ensino Acadêmico a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- PROUNI - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022, totalizaram R\$ 576,2 milhões, e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, totalizaram R\$ 572,9 milhões. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.

- Descontos concedidos pela mantenedora - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).
- Pagamento no prazo - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- Captações de alunos - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- Convênios com empresas - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- Pós-graduação - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- Parentesco - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- Acordos - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- Desempenho acadêmico - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- Segundo curso - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

A Receita do Lifelong Learning, além dos cursos de pós-graduação lato sensu, se divide também em eventos e seminários, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação In Company e consultorias tecnológicas às empresas, além da venda de produtos como o o HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão. Temos também a EBRADI, uma start-up de ensino e capacitação jurídica on-line.

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

O HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos dos Produtos e Serviços

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 representavam cerca de 62,9% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois *campi* próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos *campi*. As despesas de aluguel (incluindo depreciação do imobilizado), junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 15,0% dos custos totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de *software* acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 22,0% dos custos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Análise das variações de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>AV</u> <u>(%)</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>AV</u> <u>(%)</u>
RECEITA LÍQUIDA	3.732,9	100,00%	3.563,2	100,00%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(1.518,8)	-40,69%	(1.508,8)	-42,34%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	2.214,1	59,31%	2.054,4	57,66%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.689,2)	-45,25%	(1.676,3)	-47,04%
Despesas comerciais	(271,8)	-7,28%	(233,1)	-6,54%
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(192,2)	-5,15%	(194,5)	-5,46%
Despesas gerais e administrativas	(1.140,4)	-30,55%	(1.202,5)	-33,75%
Resultado de equivalência patrimonial	(6,9)	-0,18%	(14,3)	-0,40%
Outras (despesas) receitas operacionais	(77,9)	-2,09%	(31,8)	-0,89%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	524,9	14,06%	378,1	10,61%
Receitas financeiras	168,5	4,51%	165,0	4,63%
Despesas financeiras	(911,3)	-24,41%	(959,0)	-26,91%
Resultado financeiro líquido	(742,8)	-19,90%	(794,1)	-22,28%
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS	(217,9)	-5,84%	(416,0)	-11,67%
IRPJ e CSLL corrente	(4,9)	-0,13%	(6,4)	-0,18%
IRPJ e CSLL diferido	9,6	0,26%	433,8	12,17%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(213,2)	-5,71%	11,5	0,32%
Participação da controladora	(329,6)	-8,83%	(102,3)	-2,87%
Participação de acionistas não controladores	116,5	3,12%	113,7	3,19%

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$3.732,9 milhões, representando um aumento de 4,8% se comparado ao mesmo período no ano anterior, originado principalmente por crescimento de receita da Inspirali e do Ensino Digital, em função de amadurecimento das bases de alunos e de uma eficaz estratégia de crescimento de ticket.

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nossos custos totalizaram R\$1.518,8 milhões, o que representa um aumento de R\$10,0 milhões, em relação ao mesmo período de 2022. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 42,3% no exercício findo em 2022 para 40,6% no mesmo período de 2023. Este crescimento é decorrente principalmente de nossa estratégia de otimização de nossas atividades operacionais, que envolveram devoluções de imóveis em 2023, com concentração dos alunos em outros campi, trazendo maior ganho de escala e redução de custos; e maior integração entre as unidades com uma oferta acadêmica mais eficiente, trazendo ganhos no custo com pessoal.

LUCRO BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$ 2.214,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento de R\$ 159,7 milhões, em relação ao mesmo período de 2022. Em relação à receita líquida, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nosso lucro bruto representou 59,3%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias em custos.

DESPESAS COMERCIAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas comerciais, totalizaram R\$ 271,8 milhões, ou 7,2% sobre a receita líquida, enquanto, no mesmo período de 2022 totalizaram R\$233,1 milhões ou 6,5% da receita líquida, o aumento decorrente de um aumento de preço das provedoras de leads digitais, um cenário mais competitivo e um investimento no posicionamento de marca da Inspirai.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$1.140,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o que representa 30,5% da receita líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$1.202,5 milhões, ou 33,7% da receita líquida. O resultado é fruto principalmente dos esforços que fizemos de controle do G&A, com iniciativas de reestruturações internas em busca de maior sinergia entre as áreas

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$ 1,2 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para um prejuízo de R\$ 2,7 milhões no mesmo período de 2023. A sociedade constituída com a Gama Academy apresentou um prejuízo de R\$ 4,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 77,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, enquanto no mesmo período de 2022 totalizaram uma receita de R\$31,8 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$ 742,8 milhões, ante um resultado negativo de R\$ 794,1 milhões no mesmo período de 2022. Este resultado é consequência das despesas de juros com empréstimos e financiamentos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 4,7 milhões, comparado a uma receita de R\$ 427,4 milhões no mesmo período de 2022.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou um prejuízo de R\$ 213,2 milhões, ou R\$ 224,6 milhões abaixo do valor reportado no mesmo período de 2022, que correspondeu a um prejuízo de R\$ 11,5 milhões.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhões de Reais)

	31/12/ 23	31/12/ 22	Var. 23 / 22 (\$)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) do exercício	(213,2)	11,5	224,6
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	192,2	194,5	2,3
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	366,4	363,1	(3,2)
Amortização direito de uso de arrendamentos	168,1	209,9	41,8
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	22,7	15,4	(7,3)
Baixa direito de uso de arrendamentos	(25,0)	(11,2)	13,8
Multa entrega de imóveis	58,6	-	(58,6)
Resultado de equivalência patrimonial	6,9	14,3	7,5
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	606,9	558,2	(48,7)
Baixa de custo de captação por antecipação pagamento de debêntures e taxa de antecipação	-	96,7	96,7
Perda por impairment	42,2	-	(42,2)
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	51,6	(6,7)	(58,3)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	12,5	23,2	10,7
Despesa financeira de arrendamentos	154,8	182,8	27,9
Valor justo com derivativos	51,0	31,6	(19,4)
Valor Justo Earn Out	(69,5)	(1,0)	68,5
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(4,7)	(427,4)	(422,7)
Outros ajustes	12,8	15,3	2,4
Variação nos ativos e passivos operacionais:	1.434,3	1.270,2	(164,1)

Redução (aumento) de contas a receber	(128,6)	(362,2)	(233,7)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos	23,8	(11,1)	(34,8)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(21,6)	(16,6)	5,1
Redução (aumento) de outros ativos	15,8	(33,0)	(48,9)
(Redução) aumento de fornecedores	(33,1)	23,9	57,0
(Redução) aumento de adiantamento de clientes	8,9	23,7	14,8
(Redução) aumento de provisão para riscos	(87,0)	(48,7)	38,3
(Redução) aumento de outros passivos	15,7	(24,5)	(40,2)
	(206,1)	(448,4)	(242,4)
Juros pagos	(723,2)	(587,7)	135,5
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4,3)	(6,1)	(1,9)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	500,8	228,0	(272,8)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Mútuos com partes relacionadas - Concessões	(6,5)	(25,5)	(19,0)
Mútuos com partes relacionadas - Recebimentos	0,5	2,4	1,9
Aumento de capital em investida	(12,2)	(15,3)	(3,2)
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	1.000,0	1.000,0
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-	(2,4)	(2,4)
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras	321,5	(607,1)	(928,6)
Rendimento de aplicações financeiras	(112,3)	(101,0)	11,3
Compra de ativo imobilizado	(92,9)	(84,7)	8,2
Compra de ativo intangível	(97,6)	(126,2)	(28,7)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	0,5	40,2	39,7
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Mútuos com partes relacionadas - Captações	0,1	-	(0,1)
Mútuos com partes relacionadas - Amortizações	(0,1)	(0,0)	0,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Captações	570,0	2.731,9	2.161,9
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Amortizações	(878,5)	(2.331,1)	(1.452,6)
Ganho (perda) com derivativos	(52,2)	(30,3)	22,0
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	(109,1)	(91,0)	18,1
Pagamento de arrendamentos	(135,8)	(171,9)	(36,1)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis	(31,9)	-	31,9
Aumento de capital (Custo de captação)	-	(0,0)	(0,0)
Dividendos pagos	(139,8)	(1,9)	137,9

Aquisição de ações em tesouraria	(6,9)	(120,6)	(113,7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(784,3)	(15,0)	769,3
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(283,0)	253,2	536,2
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	422,4	169,2	(253,2)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	139,4	422,4	283,0
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(283,0)	253,2	536,2

A aplicação líquida de caixa e equivalente de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 283,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 253,2 milhões. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$ 272,8 milhões, passando de uma geração de R\$ 228,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma geração de caixa de R\$ 500,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação decorreu principalmente por uma melhora dos nossos resultados operacionais e por um menor consumo de capital de giro.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento geraram R\$ 0,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e geraram R\$ 40,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação pode ser explicada por resgates na linha de aplicações financeiras, que em 2022 teve uma aplicação decorrente do aporte de capital dos acionistas não controladores.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades de financiamento aplicaram R\$ 784,3 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$ 15,0 milhões no mesmo período de 2022, explicado principalmente pela redução dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 2023.

2.2 - Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultado das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2022 e 2023. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 4,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, explicado pelo crescimento da base de alunos e aumento de ticket líquido, originado principalmente da Inspirali e do Ensino Digital, com amadurecimento das bases de alunos e de uma eficaz estratégia de crescimento de ticket. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2022 e 2023 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

Câmbio

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 3797,1 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 do Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalor, em parceria com a empresa de mesmo nome. Para maiores informações sobre o FIES, vide item do 1.6 do Formulário de Referência.

2.3. - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve alterações.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve impactos.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 quaisquer opiniões modificadas e ênfases nos relatórios dos auditores da Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

No exercício social de 2021, introduzimos novos segmentos e passamos a apresentar os serviços segregados entre:

- **Inspirali** – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- **Anima Core** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional, incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância.
- **Lifelong Learning** - Atividade atrelada a prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in-company, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

Não houve, para os exercícios de 2022 e 2023, introdução de qualquer segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 30 de novembro de 2022, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas ordinárias da Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde e Bem Estar Ltda. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

c. Eventos ou operações não usuais.

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023
Multas contratos de aluguel	58,6
Desmobilizações	6,0
Verbas rescisórias	55,6
Baixas de earn-outs	(69,9)
Baixas contábeis de ativos	66,3
Outros	1,5
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES	-118,2

Em 2023 tivemos total de R\$ 118,2 milhões de despesas não recorrentes, decorrentes principalmente das iniciativas que realizamos para melhoria da eficiência operacional, que incluem:

- a) Multas de encerramento antecipado de contratos de aluguel no valor de R\$ 58,6 milhões (sendo R\$ 31,8 milhões com impacto caixa) ocasionados pela devolução de campi e um imóvel administrativo;
- b) Custos com desmobilizações dos imóveis devolvidos;
- c) Verbas rescisórias da reestruturação de folha acadêmica e administrativa;

Além de outros itens não-caixa:

- d) Reversão de *earn-outs* advindos da compra do IBCMED e UNIFG, que deixaram de ser devidos, e impactaram positivamente o resultado, e provisão para perdas no valor investido e em créditos relacionados à Gama Academy;
- e) Baixas contábeis de ativos relacionados à campi que foram devolvidos, mas que não tiveram efeito caixa no período, e outros ativos sem expectativa de rentabilidade futura.

2.5 – Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

(Em milhões de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	1.066,4	970,8
EBITDA Ajustado	1.208,1	1.073,0
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	923,5	729,6
Dívida Líquida	2.845,9	2.654,5
Dívida Líquida Ajustada	2.998,0	2.907,9
Dívida Líquida com efeito IFRS 16	4.301,9	4.414,6

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:

Em 23 de junho de 2022, a CVM expediu a Resolução CVM nº 156/22 dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) pelas companhias abertas, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2022. As informações sobre o EBITDA divulgadas neste item 2.5 observam as regras da referida instrução.

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA, do EBITDA Ajustado e do EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 como indicadores da lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas.

O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é uma resultante do EBITDA ajustado para voltar os efeitos das multas e Juros sobre mensalidades, equivalência patrimonial e itens não recorrentes. O EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 é composto pelo EBITDA Ajustado excluindo o impacto positivo da adoção do IFRS 16.

A tabela a seguir representa a conciliação do nosso EBITDA e do nosso EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2023	2022
Lucro Líquido	(213,2)	11,5
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(4,7)	(427,4)
Resultado financeiro líquido	742,8	794,1
Depreciação e amortização	534,6	578,3
(+/-) Equivalência Patrimonial	6,9	14,3
EBITDA	1.066,4	970,8
Margem EBITDA	28,6%	27,2%
(+) Multas e Juros sobre Mensalidades	23,6	18,5
(+/-) Itens não recorrentes	118,2	83,7
- Custos e Despesas de Reestruturação	-	83,7
- Multas contratos de aluguel	58,6	-
- Desmobilizações	3,8	-
- Verbas rescisórias	55,6	-
- Baixas de earn-outs	(69,9)	-
- Baixas contábeis de ativos	68,5	-
- Outros	1,5	-
EBITDA Ajustado	1.208,1	1.073,0
Margem EBITDA ajustado	32,4%	30,1%
(+/-) Efeito IFRS-16	(284,6)	(343,4)
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	923,5	729,6
Margem EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16	24,7%	20,5%

Em janeiro de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS 16 – Arrendamentos, (no Brasil a norma correlata é o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)), que alterou os critérios de reconhecimento de contratos que envolvem a disponibilidade de uso de bens com a explícita finalidade de trazer a maioria dos arrendamentos de uma arrendatária para o balanço patrimonial. Além dos impactos nos saldos e na apresentação das demonstrações financeiras da arrendatária, também haverá mudanças na contabilização ao longo do prazo de vigência do arrendamento.

Na Companhia, o impacto observado está relacionado aos contratos de aluguel, já que todas as nossas unidades acadêmicas e administrativas são alugadas, e a maioria delas possui valores relevantes, estando assim abrangidas pela nova norma.

No balanço patrimonial, o movimento contábil que se observa é: na conta de ativo, passamos a reconhecer o direito de uso dos ativos para todos os nossos contratos de aluguel; enquanto no passivo, registramos a obrigação referente ao valor presente dos mesmos contratos de aluguel.

Já na demonstração de resultado, a despesa que anteriormente era despesa de aluguel será substituída por despesas de depreciação do ativo de direito de uso e despesas financeiras decorrentes do custo do passivo de arrendamento.

Como consequência das despesas financeiras calculadas sobre o custo amortizado do passivo, as companhias irão registrar despesas maiores no início do prazo do arrendamento para a maioria dos contratos, uma vez que os pagamentos do arrendamento são fixos e as despesas de juros são maiores no início do contrato. Por outro lado, a depreciação do ativo de direito de uso tende a ser constante.

Ainda que seja uma mudança de classificação estritamente contábil, a nova regra atinge o cálculo do EBITDA, na medida em que as despesas de aluguel deixam de ser consideradas nessa métrica. Já no Lucro Líquido o impacto é negativo, uma vez que os aluguéis se desdobram em duas contas redutoras, a da depreciação do ativo de direito de uso e a das despesas financeiras do passivo.

De forma a facilitar ao mercado uma visão transparente e comparável de nossos resultados, publicamos, durante todo o ano 2019, as nossas informações excluindo o efeito IFRS-16, adicionalmente aos números que já consideram a nova classificação.

Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16

Nós calculamos a dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures e derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nos ativos e passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Líquida Ajustada é calculada pela soma da Dívida Líquida com ajuste de outras obrigações nos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 é calculada pela soma da Dívida Líquida Ajustada com o efeito dos passivos em decorrência do IFRS 16 (aplicado em 1 de janeiro de 2019). Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou medidas de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

A tabela abaixo mostra a reconciliação de caixa e equivalentes apresentados no balanço patrimonial, a dívida líquida como um dos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhões de Reais)	2023	2022
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(139,4)	(422,4)
(-) Aplicações Financeiras	(845,1)	(1.054,2)
Caixa e Aplicações Financeiras	(984,5)	(1.476,6)
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.830,3	4.131,2
- Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	880,1	888,1
- Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	2.950,2	3.243,1
(+/-) Derivativos	33,3	21,0
- Derivativos circulante	4,2	2,6
- Derivativos não circulante	29,1	18,4
Dívida Líquida	2.845,9	2.654,5
(+) Outras Obrigações	152,1	253,4
Dívida Líquida Ajustada	2.998,0	2.907,9
(+/-) Efeito IFRS 16	1.304,0	1.506,7
Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16	4.301,9	4.414,6

c. motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

A nossa Administração acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16

A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, e não deverão ser considerados como representatividade do nosso endividamento. A Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e a Dívida Líquida Ajustada com efeito IFRS16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas.

A nossa Administração acredita que a Dívida Líquida, *Dívida Líquida Ajustada* e a Dívida Líquida *Ajustada* com efeito IFRS16 são medições não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro.

2.6 – Eventos Subsequentes às DFs

Em 16 de fevereiro de 2024, a DNA Capital Consultoria Ltda. firmou um termo de ajuste de participação societária, o qual implica em um ajuste equivalente a 0,99% junto à Inspirali S.A., controlada da Ânima Holding S.A., levando a DNA Capital a uma participação total no capital da Inspirali Brasil de 25,99%. O ajuste supracitado decorre do aumento na dívida líquida por parte da Inspirali Brasil, divergindo da composição de dívida líquida alinhada no fechamento de 31 de março de 2022, conforme acordo de investimento firmado entre as partes.

2.7 – Destinação de resultados

Período	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>
Valores das Retenções de Lucros	<p>A ata da assembleia geral ordinária realizada no dia 29/04/2024, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2023, foi aprovada a</p>

	não distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, uma vez que não foi apurado lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5% Reserva de Investimentos: 0%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e</p> <p>(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>
(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.10 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nossos investimentos totalizaram R\$ 190,3 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nossos investimentos totalizaram R\$ 210,9 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos *campi*, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, não realizamos desinvestimentos relevantes.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 30 de novembro de 2022, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas do Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem Estar Ltda (MedPós).

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está em processo de diagnóstico e análise ASG, em virtude desse trabalho, não há, por enquanto, há a definição de plano relacionado às questões.

2.11 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Além dos fatores mencionados no item 2.10 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre a Companhia

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo adotaram várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas pudessem ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais lançaram mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil foram publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declarou o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que foi revogado em 23 de maio de 2022. Os governos estaduais e municipais também têm mantido diversas normas que buscaram restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, realizamos a reabertura dos campi com retomada das atividades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança. Continuamos atentos quanto às orientações das autoridades em saúde, e acompanhamos a evolução da vacinação, mantendo sempre nossos stakeholders atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 e suas variantes aos negócios da Companhia.

Impacto nas informações financeiras

Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - "Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar, até 30 de junho de 2022, as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 4.543 diretamente no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e não como uma modificação de contrato.

**ANEXO 1.2. Parecer dos Auditores Independentes (Art. 10, inciso IV,
Resolução CVM nº 81/2022)**

Ânima Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2023 e relatório do
auditor independente.



Edifício Statement
Av. Contorno, 5800
16º e 17º andar - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Ânima Holding S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ânima Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidados de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados e a Companhia oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) exame de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; e) emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao referido programa; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados e (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria sobre a receita líquida, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.17 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber

A apuração do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e julgamento para a determinação da provisão para perdas esperadas com esses acordos, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honrados. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise, através de testes amostrais; (ii) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período; (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.5 e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes de R\$ 3.235.253 mil e R\$ 1.503.954 mil, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (impairment).

Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de impairment por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.6 e 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 27 de março de 2023 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Tomas Menezes
Contador MG-090648/O

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

valores expressos em milhares de reais etc

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	62	201.240	139.411	422.431
Aplicações financeiras	5	20.584	214.517	765.834	988.199
Contas a receber	6	-	-	722.121	791.593
Adiantamentos diversos		1.356	4.308	31.489	55.260
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.678	3.035	62.673	77.156
Direitos a receber por aquisições	9	-	-	43	3.067
Contas a receber com partes relacionadas	24	57.935	179.243	336	335
Dividendos a receber	24	57.626	103.937	-	-
Outros ativos circulantes		9.584	19.140	16.577	41.548
		156.825	725.420	1.738.484	2.379.589
Ativos mantidos para venda	11	-	-	32.000	-
Total dos ativos circulantes		156.825	725.420	1.770.484	2.379.589
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	5	79.223	66.000	79.223	66.000
Contas a receber	6	-	-	44.400	57.486
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	8.695	49.042	27.328
Direitos a receber por aquisições	9	-	-	256.322	248.616
Depósitos judiciais	17	489	93	149.504	143.801
Créditos com partes relacionadas	24	14.600	85.806	13.055	36.189
Outros ativos não circulantes		-	-	6.773	5.779
Investimentos	10	3.863.854	4.001.943	36.072	42.642
Imobilizado	11	4.991	5.952	552.507	618.658
Direito de uso de arrendamentos	12	-	-	1.073.872	1.310.352
Intangível	13	118.276	148.279	5.624.223	5.795.654
Total dos ativos não circulantes		4.081.433	4.316.768	7.884.993	8.352.505
TÓTAL DOS ATIVOS		4.238.258	5.042.188	9.655.477	10.732.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

valores expressos em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		17.647	20.017	176.692	209.813
Contas a pagar com partes relacionadas	24	41.176	60.144	168	167
Arrendamentos a pagar	12	-	-	144.371	172.747
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	266.613	727.195	875.973	885.446
Obrigações sociais e salariais	15	28.708	22.792	204.724	168.336
Obrigações tributárias		4.463	5.654	53.347	53.619
Adiantamentos de Clientes		-	656	114.477	108.992
Parcelamento de impostos e contribuições		-	-	13.540	13.700
Contas a pagar por aquisições	16	-	2.189	28.477	115.667
Derivativos	25	4.156	2.623	4.156	2.623
Dividendos a pagar		-	-	21.708	30.208
Outros passivos circulantes		3.654	3.769	54.544	60.123
Total dos passivos circulantes		366.417	845.039	1.692.177	1.821.441
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	12	-	-	1.159.595	1.333.951
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.292.283	1.119.559	2.921.129	3.224.715
Adiantamentos de clientes		-	-	16.415	12.968
Parcelamento de impostos e contribuições		-	-	44.689	54.056
Contas a pagar por aquisições	16	-	9.625	65.362	158.720
Débitos com partes relacionadas	24	122.323	271.793	73	148
Derivativos	25	29.096	18.366	29.096	18.366
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	64.974	74.440
Provisão para perdas em investimentos	10	12.495	97	12.495	97
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	17	582	238	665.570	722.002
Outros passivos não circulantes		10.577	14.124	126.559	109.722
Total dos passivos não circulantes		1.467.356	1.433.802	5.105.957	5.709.185
TOTAL DOS PASSIVOS		1.833.773	2.278.841	6.798.134	7.530.626
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	2.451.660	2.451.660	2.451.660	2.451.660
Reserva de capital	18	25.163	39.079	25.163	39.079
Ajustes de avaliação patrimonial	18	(157.411)	(136.107)	(157.411)	(136.107)
Ações em tesouraria	18	(178.283)	(184.271)	(178.283)	(184.271)
Reservas de lucros	18	263.356	592.986	263.356	592.986
Total do patrimônio líquido		2.404.485	2.763.347	2.404.485	2.763.347
Participação de acionistas não controladores	19	-	-	452.858	438.121
		2.404.485	2.763.347	2.857.343	3.201.468
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.238.258	5.042.188	9.655.477	10.732.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	20	5.053	7.869	3.732.940	3.563.231
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	21	(33.901)	(65.596)	(1.518.816)	(1.508.841)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(28.848)	(57.727)	2.214.124	2.054.390
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas comerciais	21	-	(19)	(271.792)	(233.121)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	21	-	-	(192.236)	(194.496)
Despesas gerais e administrativas	21	(10.787)	(1.531)	(1.140.404)	(1.202.514)
Resultado de equivalência patrimonial	10	74.999	292.738	(6.892)	(14.342)
Outras (despesas) receitas operacionais	21	(85.517)	29.053	(77.898)	(31.816)
		(21.305)	320.241	(1.689.222)	(1.676.289)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(50.153)	262.514	524.902	378.101
Receitas financeiras		22.560	14.973	168.528	164.965
Despesas financeiras		(302.037)	(378.275)	(911.305)	(959.017)
Resultado financeiro líquido	23	(279.477)	(363.302)	(742.777)	(794.052)
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS		(329.630)	(100.788)	(217.875)	(415.951)
IRPJ e CSLL corrente	8	-	-	(4.930)	(6.385)
IRPJ e CSLL diferido	8	-	(1.462)	9.633	433.790
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(329.630)	(102.250)	(213.172)	11.454
Participação da controladora		(329.630)	(102.250)	(329.630)	(102.250)
Participação de acionistas não controladores	19	-	-	116.458	113.704
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	18	(0,87)	(0,27)		
PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	18	(0,87)	(0,27)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(329.630)	(102.250)	(213.172)	11.454
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(329.630)</u>	<u>(102.250)</u>	<u>(213.172)</u>	<u>11.454</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À				
Participação da controladora	(329.630)	(102.250)	(329.630)	(102.250)
Participação de acionistas não controladores	-	-	116.458	113.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social				Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Reserva legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.569.625	(117.958)	33.421	(69.566)	(71.152)	18.791	17.951	-	2.381.112	31.249	2.412.361
Gastos com emissão de ações	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Ganho na mudança de participação em controlada	-	-	-	-	-	-	-	658.482	658.482	341.518	1.000.000
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.699	4.699
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	-	-	-	(66.541)	-	-	-	-	(66.541)	(22.180)	(88.721)
Remuneração baseada em ações	-	-	13.568	-	-	-	-	-	13.568	824	14.392
Realização do plano de opção de ações	-	-	(7.479)	-	7.479	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(120.598)	-	-	-	(120.598)	-	(120.598)
Dividendos obrigatórios propostos e reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	12	12	(30.209)	(30.197)
Dividendos distribuídos	-	-	(431)	-	-	-	-	-	(431)	(1.484)	(1.915)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	556.244	(556.244)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(102.250)	(102.250)	113.704	11.454
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.569.625	(117.965)	39.079	(136.107)	(184.271)	18.791	574.195	-	2.763.347	438.121	3.201.468
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.569.625	(117.965)	39.079	(136.107)	(184.271)	18.791	574.195	-	2.763.347	438.121	3.201.468
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	1.910	-	-	-	-	1.910	636	2.546
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	-	-	-	2.773	-	-	-	-	2.773	(2.773)	-
Ganho (perda) em aumento de capital em controlada	-	-	-	(25.987)	-	-	-	-	(25.987)	25.987	-
Remuneração baseada em ações	-	-	6	-	-	-	-	-	6	-	6
Realização do plano de opção de ações	-	-	(12.921)	-	12.921	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(6.933)	-	-	-	(6.933)	-	(6.933)
Dividendos distribuídos	-	-	(1.001)	-	-	-	-	-	(1.001)	(125.571)	(126.572)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	(329.630)	329.630	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(329.630)	(329.630)	116.458	(213.172)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.569.625	(117.965)	25.163	(157.411)	(178.283)	18.791	244.565	-	2.404.485	452.858	2.857.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		(329.630)	(102.250)	(213.172)	11.454
Ajustes:					
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6/21	-	-	192.236	194.496
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	11/13/21	56.582	40.665	366.367	363.124
Amortização direito de uso de arrendamentos	12/21	-	-	168.064	209.884
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	11/13	3.331	1.207	22.730	15.391
Baixa direito de uso de arrendamentos	12	-	-	(25.041)	(11.248)
Multa entrega de imóveis	12	-	-	58.641	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(74.999)	(292.738)	6.892	14.342
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos		232.597	237.904	606.902	558.249
Baixa de custo de captação por antecipação pagamento de debêntures e taxa de antecipação	23	-	96.731	-	96.731
Extinção de crédito com controlada	10/21	40.476	-	-	-
Perda por impairment	21	42.166	-	42.166	-
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	17/21	406	134	51.555	(6.715)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	23	240	1.240	12.456	23.192
Despesa financeira de arrendamentos	12/23	-	-	154.840	182.766
Valor justo com derivativos		51.004	31.640	51.004	31.640
Valor Justo Earn Out		-	-	(69.497)	(1.032)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	8	-	1.462	(4.703)	(427.405)
Outros ajustes		6.581	7.434	12.847	15.287
		28.754	23.429	1.434.287	1.270.156
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		121.308	(42.079)	(128.597)	(362.248)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		2.952	1.348	23.771	(11.051)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	17	(268)	(11)	(21.615)	(16.562)
Redução (aumento) de outros ativos		11.481	(11.834)	15.846	(33.025)
(Redução) aumento de fornecedores		(21.338)	56.195	(33.120)	23.859
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		(656)	656	8.932	23.743
(Redução) aumento de provisão para riscos	17	(56)	(36)	(86.998)	(48.654)
(Redução) aumento de outros passivos		1.058	5.981	15.721	(24.478)
		114.481	10.220	(206.060)	(448.416)
Juros pagos		(221.577)	(198.935)	(723.188)	(587.665)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.269)	(6.122)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(78.342)	(165.286)	500.770	227.953
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuo com partes relacionadas - Concessões		(21.554)	(34.753)	(6.500)	(25.467)
Mútuo com partes relacionadas - Recebimentos		23.150	2.091	500	2.400
Aumento de capital em investida	10	(129.501)	(176.297)	(12.183)	(15.341)
Aumento de capital de acionistas não controladores		-	-	-	1.000.000
Aquisições de controladas líquidas das caixas adquiridas		-	-	-	(2.361)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(86.000)	-	-	-
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital		108.768	-	-	-
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras		193.946	(129.505)	321.476	(607.137)
Rendimento de aplicações financeiras		(13.236)	(10.798)	(112.334)	(101.009)
Compra de ativo imobilizado	11	(542)	(690)	(92.877)	(84.654)
Compra de ativo intangível	13	(55.639)	(86.399)	(97.573)	(126.246)
Recebimento em transação intragrupo com ativo intangível	13	27.232	-	-	-
Dividendos recebidos		161.433	43.665	-	-
Alienação de investimento em controladas		-	2.227.773	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		208.057	1.835.087	509	40.185
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Mútuo com partes relacionadas - Captações		614.384	464.179	54	-
Mútuo com partes relacionadas - Amortizações		(600.730)	(363.779)	(129)	(2)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Captações	14	565.118	771.480	570.044	2.731.900
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Amortizações	14	(850.485)	(2.184.686)	(878.497)	(2.331.072)
Ganho (perda) com derivativos	23	(52.247)	(30.271)	(52.247)	(30.271)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		-	(5.000)	(109.114)	(91.045)
Pagamento de arrendamentos	12	-	-	(135.835)	(171.944)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis		-	-	(31.856)	-
Aumento de capital (Custo de captação)		-	(7)	-	(7)
Dividendos pagos		-	-	(139.786)	(1.916)
Aquisição de ações em tesouraria		(6.933)	(120.598)	(6.933)	(120.598)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(330.893)	(1.468.682)	(784.299)	(14.955)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(201.178)	201.119	(283.020)	253.183
VARIACÃO DAS DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	201.240	121	422.431	169.248
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	62	201.240	139.411	422.431
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(201.178)	201.119	(283.020)	253.183

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	20	5.276	8.308	3.879.478	3.711.144
Outras receitas		6.378	(1.971)	155.171	49.055
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6/21	-	-	(192.236)	(194.496)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		(1)	-	(79.065)	(64.932)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(57.680)	18.442	(1.014.073)	(818.576)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(46.027)	24.779	2.749.275	2.682.195
Depreciação e amortização	21	(56.582)	(40.665)	(534.431)	(574.274)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(102.609)	(15.886)	2.214.844	2.107.921
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10	74.999	292.738	(6.892)	(14.342)
Receitas financeiras	23	22.560	14.973	168.528	164.965
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(5.050)	291.825	2.376.480	2.258.544
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		(5.050)	291.825	2.376.480	2.258.544
Pessoal					
Remuneração direta		19.222	4.737	1.051.005	1.064.980
Benefícios		1.071	920	87.139	81.935
FGTS		203	995	107.126	104.825
Bônus		-	34	-	460
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		1.335	7.411	251.950	(169.050)
Estaduais		-	-	51	46
Municipais		403	1.677	159.335	163.985
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	23	302.037	378.275	911.305	959.017
Aluguéis		309	26	21.741	40.892
Remuneração de capitais próprios		(329.630)	(102.250)	(213.172)	11.454
Prejuízo do período retido		(329.630)	(102.250)	(329.630)	(102.250)
Participação de acionistas não controladores		-	-	116.458	113.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., ("Ânima" ou "Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de Instituições de Ensino Superior ("IES"), demais instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na Internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica.

A Ânima e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e aos pronunciamentos técnicos do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora.

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

	Participação %	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Controladas (participações diretas)</u>		
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	45	45
Inspirali Educação S.A. ("Inspirali")	75	75
Rede Educacional do Brasil Ltda. ("Rede")	100	100
NS Educação Ltda. ("NS Educação")	100	100
<u>Controladas (participações indiretas)</u>		
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	41	41
A2S Tecnologia para Educação Ltda. ("A2S")	100	100
AGES Educação Ltda. ("AGES Educação")	100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. ("Ages")	75	75
Associação Paraibana de Educação e Cultura Ltda. ("Aspec")	100	100
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	86	86
AMC Serviços Educacionais Ltda. ("AMC")	86	86
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. ("Faseh")	64	64
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. ("MedPós")	38	38
Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS ("Milton Campos")	100	100
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. ("UnifG")	47	47
CREFISO – Centro de Reabilitação e Condicionamento Físico Ltda. "Crefiso"	(iv) 47	47
FG Farmácia e Drogaria Ltda. ("FG Farmácia")	(iv) 47	47
Clinica Veterinária Unifg Ltda. (FG Veterinária)	(iv) 47	47
Cesuc Educação Ltda. ("Cesuc")	(iv) 100	100
CSS Educação Ltda. ("CSS Educação")	100	100
FACED Educação Ltda. ("FACEB")	100	100
FACS Serviços Educacionais Ltda. ("Unifacs")	86	86
Faculdade de Desenvolvimento Rio Grande do Sul Ltda. ("Fadergs")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100

		Participação %	
		31/12/2023	31/12/2022
IBCMED Serviços de Educação S.A. ("IBCMED")	(i)	75	38
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")		86	86
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. ("Inovattus")		86	86
Insegnare Educacional Ltda. ("Insegnare")		86	86
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão)		86	86
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. ("IBMR")		100	100
Instituto de Educação Unicitiba Ltda. ("Unicitiba")		100	100
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")		100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")		100	100
ISCP - Sociedade Educacional Ltda. ("ISCP" ou "UAM")		86	86
Oresidente Serviços de Cursos Preparatórios Ltda. ("Oresidente")	(ii)	-	38
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")		86	86
Room Sistemas Interativos Ltda. ("Medroom")		75	75
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")		75	75
SOBEPE Educação Ltda. ("Sobepe Educação")		100	100
Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura Ltda. ("Socec")		100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda. ("Catalana")		100	100
Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. ("UniRitter")		100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")		86	86
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. ("UNP" ou "Apec")		86	86
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")		100	100
<u>Controlada em conjunto (joint venture)</u>			
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. ("LCB")		50	50
Vivae Educação Digital S.A. ("Vivae")		50	50
<u>Coligadas</u>			
Educa Itapevi		18	18
Gama Academy Treinamento Profissional S.A. ("Gama")	(iii)	56	56
Singularity Education Group ("Singularity")		4	4

- (i) Em 04 de julho de 2023, a controlada Inspirali Brasil assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação. A partir dessa data, a Inspirali passa a ter 100% de participação no capital do IBCMED.
- (ii) Em 1º de agosto de 2023, a controlada IBCMED incorporou as quotas da sua investida Oresidente.
- (iii) A Ânima possuía, em 31 de dezembro de 2023, 55,78% das ações da Gama, sendo 31,89% em ações preferenciais, sem direito a voto, e 23,89% em ações ordinárias.
- (iv) Empresas sem operação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.4 Reestruturação societária

Em linha com as iniciativas de fortalecimento das práticas de governança do Grupo e dos segmentos de negócio, em especial da Inspirali Brasil, a qual detém nossa vertical de Medicina, iniciou-se, em 2021, uma reestruturação societária que tem por objetivo estratificar os resultados de nossas verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Todos os processos da reestruturação societária foram realizados ao valor de custo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ocorreram os seguintes atos societários (apresentados em ordem cronológica):

- Brasil: Em 1º de novembro de 2023, foi realizada a cisão parcial da Brasil com a versão da parcela cindida de seu patrimônio para a AMC. O acervo cindido corresponde a R\$ 44.140.
- Brasil: Em 1º de novembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Brasil no importe R\$ 44.140, mediante a emissão de 1.910.012 (um milhão novecentas e dez mil e doze) novas ações ordinárias nominativas. As novas ações foram integralizadas, pela VC Network, mediante a transferência, para a Brasil, de 441.404 (quatrocentas e quarenta e uma mil, quatrocentas e quatro) quotas do capital social da AMC, passando assim a ser controladora de 100% das quotas da AMC.

2.5 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui os resultados integrais de todas as investidas do Grupo. A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não inclui os resultados integrais das investidas Oresidente e MedPós, que passaram a ser consolidados a partir de 1º de agosto de 2022 e 30 de novembro de 2022, respectivamente.

A leitura das informações financeiras deve considerar esses aspectos. Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2022:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2022		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Oresidente	01/08/2022	11	(2)	39	(1)
MedPós	30/11/2022	313	70	268	59

2.6 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de março de 2024.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são divulgadas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

3.1.3 Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4 Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de

uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo *spread* (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima, que é a taxa que a controladora Ânima pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5 Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve uma mudança significativa do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/CPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos três anos (dois anos em 31 de dezembro de 2022). As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que podem afetar a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

3.1.6 Impairment de ativos não financeiros

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

4 PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (via participações diretas ou indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou *joint venture* ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4 Ativos financeiros

4.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio

do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

4.4.4 Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.4.6 Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das estimativas para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

4.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7 Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Direitos a receber por aquisições" do balanço patrimonial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Edificações	25-70
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de laboratórios	10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.9 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de transação.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

4.10 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	1,5 – 4,5
Acordo de não competição	8
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;

- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos; e
- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.12 Combinação de negócios

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- Valores justos dos ativos transferidos;
- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido;
- Participações societárias emitidas pelo grupo;
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.15 Provisões de processos judiciais

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para riscos.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.16.1 Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.18.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis

tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.16.2 Tributos Diferidos

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

4.17 Reconhecimento de receita

4.17.1 Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos *in company*, na forma de ensino

presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravaier antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.17.2 Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

4.17.3 Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses

serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.18 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.18.1 FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC").

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a descon sideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se

candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.18.2 PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2023 e 2022.

4.19 Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros

cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas.

4.20 Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 22 anos
São Paulo	11,31% a 13,50%	12,25% a 12,75%	13,00% a 14,03%
Minas Gerais	11,37% a 12,37%	10,37% a 12,69%	12,87%
Santa Catarina	10,31% a 12,56%	10,56% a 12,56%	10,81% a 12,81%
Bahia	11,50% a 13,65%	10,50% a 13,50%	11,00% a 13,00%
Goiás	12,44%	-	12,94%
Rio de Janeiro	-	13,50% a 13,90%	-
Rio Grande do Norte	8,24% a 13,25%	8,53%	-
Rio Grande do Sul	9,14% a 14,23%	7,18% a 13,61%	-
Pernambuco	10,95%	-	-
Pará	-	13,25%	-
Brasília	-	10,50%	-
Paraná	-	11,00%	-
Sergipe	-	-	13,00%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.21 Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VC network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.22 Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.23 Relatório de segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. A apresentação dos segmentos é conforme segue:

- Inspirali Educação Médica – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- Ânima Core - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.
- Lifelong Learning - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

4.24 Adoção de novas normas e práticas contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

4.25 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:

Alterações vigentes para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 - IAS 1)
- Acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao IAS 7 e IFRS 7)
- Passivo de arrendamento em um Sale and Leaseback (alterações ao IFRS 16)

A data de vigência das alterações indicadas abaixo ainda não foi definida pelo IASB:

- Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (alterações ao CPC 36 - IFRS 10 e ao CPC 18 - IAS 28).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5

CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	56	52	41.142	29.289
Aplicações financeiras - Operações	6	201.188	98.269	393.142
Total do caixa e equivalentes de caixa	62	201.240	139.411	422.431
Aplicações financeiras - Investimento				
Curto prazo	20.584	214.517	765.834	988.199
Longo prazo (a)	79.223	66.000	79.223	66.000
Total das aplicações financeiras	99.807	280.517	845.057	1.054.199

- (a) O valor classificado no ativo não circulante se refere a aplicações financeiras que servem como garantias de empréstimos contratados junto ao Banco do Brasil, detalhados na nota explicativa 14.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, médias percentuais entre 94,10% e 97,78% do CDI (entre 95,79% e 108,48% em 2022).

6

CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber mensalidades (a)	890.741	826.164
FIES - Financiamento estudantil (b)	104.687	136.130
Financiamentos (c)	251.292	384.099
Eventos	6.026	4.525
Sublocações, serviços e outros	104.191	81.370
Total	1.356.937	1.432.288
Perdas estimadas (d)	(590.416)	(583.209)
Total geral contas a receber	766.521	849.079
Ativo circulante	722.121	791.593
Ativo não circulante	44.400	57.486

- (a) Refere-se às mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos. Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. Os valores líquidos recebidos foram R\$ 246.347 e R\$ 84.937, respectivamente, e as taxas de desconto pela antecipação estão entre 1,02% e 1,35% ao mês e pela cessão

estão entre 1,03% e 1,30% ao mês. Ambas as operações não possuem direito de regresso.

- (b) Refere-se às mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, em que o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas reais de financiamento podem variar de 0% a 3% ao ano conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Pravalor Gestão, Fiages (Ages) e Unimais (Unicuritiba). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor entre R\$ 49,00 e R\$ 119,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas celebraram instrumento de cessão de direitos creditórios relativos a financiamentos estudantis. As cessões referentes a carteira da operação ex-medicina consideraram uma inadimplência média estimada de 17,9%, taxa de desconto de 20,9% ao ano, comissão de 1,5% e prazo médio de 17 meses da carteira vendida, enquanto a cessão referente a carteira das operações de medicina considerou uma taxa de desconto de 7,2% ao ano e prazo médio de 5 meses da carteira vendida, não houve incidência de inadimplência e comissão. Esta cessão não possui direito de regresso. Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor líquido recebido foi de R\$ 88.464 e baixa líquida relativa a esses financiamentos foi no montante de R\$ 89.384.

- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Consolidado					
31/12/2023					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	361.019	(135.052)	37,41%	225.967	29,48%
Cartão de crédito	59.550	-	0,00%	59.550	7,77%
Fies	104.687	(7.060)	6,74%	97.627	12,74%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	184.297	(69.172)	37,53%	115.125	15,02%
De 91 a 180 dias	143.476	(46.634)	32,50%	96.842	12,63%
De 181 a 360 dias	164.233	(93.585)	56,98%	70.648	9,22%
De 361 a 720 dias	339.675	(238.913)	70,34%	100.762	13,15%
Total	1.356.937	(590.416)	43,51%	766.521	100,00%

Consolidado					
31/12/2022					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	411.420	(158.321)	38,48%	253.099	29,81%
Cartão de crédito	163.700	-	0,00%	163.700	19,28%
Fies	136.131	(9.652)	7,09%	126.479	14,90%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	161.837	(49.451)	30,56%	112.386	13,24%
De 91 a 180 dias	147.967	(51.666)	34,92%	96.301	11,34%
De 181 a 360 dias	135.632	(88.452)	65,21%	47.180	5,56%
De 361 a 720 dias	275.601	(225.667)	81,88%	49.934	5,88%
Total	1.432.288	(583.209)	40,72%	849.079	100,00%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação das perdas estimadas nos períodos é como segue:

Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	583.209	520.781
Perdas estimadas no período	192.236	194.496
Baixa Cessão Pravalor	(19.035)	-
Títulos baixados no período (i)	(165.994)	(132.068)
Saldo final	590.416	583.209

(i) Refere-se a títulos baixados na contabilidade, os quais estão vencidos há mais de dois anos.

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF (a)	5.518	10.676	39.591	49.162
IRPJ/CSLL (b)	-	-	2.982	1.941
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	-	-	51.380	39.638
PIS/COFINS/CSLL	4.052	927	13.406	9.389
Outros	108	127	4.356	4.354
Total	9.678	11.730	111.715	104.484
Ativo circulante	9.678	3.035	62.673	77.156
Ativo não circulante	-	8.695	49.042	27.328

- (a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.
- (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de PER/DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para ajuste anual da apuração do lucro real.
- (c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

8.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O cálculo do imposto de renda e da CSLL considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera ser aplicável no período, quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo de tais instituições, é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.409.917 (R\$ 1.066.818, em 31 de dezembro de 2022) e, no consolidado, o montante é de R\$ 5.269.225 (R\$ 5.662.974, em 31 de dezembro de 2022), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Consolidado			
	Saldo inicial	Movimentação		Saldo final
		Constituição (amortização) de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	
	31/12/2022			31/12/2023
Imposto de renda	-	9.003	(9.003)	-
Contribuição social	-	3.241	(3.241)	-
Total	-	12.244	(12.244)	-

	Consolidado				
	Saldo inicial	Movimentação			Saldo final
		Combinação de negócios	Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	Baixa por reestruturação societária (a)
	31/12/2021				31/12/2022
Imposto de renda	1.075	78.005	35.164	(53.172)	(61.072)
Contribuição social	387	28.081	12.657	(19.141)	(21.984)
Total	1.462	106.086	47.821	(72.313)	(83.056)

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal

diferida que será realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

Em 31 de dezembro de 2023, os tributos diferidos passivos estão apresentados pelo seu valor líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação			
	31/12/2022	Combinação de negócio	Constituição (amortização) de crédito tributário	Compensação com imposto diferido ativo	
Imposto de renda	54.734	122	1.921	(9.003)	47.774
Contribuição social	19.706	45	690	(3.241)	17.200
Total	74.440	167	2.611	(12.244)	64.974

	Consolidado						Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação					
	31/12/2021	Combinação de negócio	Amortização de imposto diferido sobre a mais valia	Reversão de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com Imposto diferido ativo	Baixa por reestruturação societária (a)	
Imposto de renda	449.089	3.688	(18.945)	(568)	(53.172)	(325.358)	54.734
Contribuição social	161.672	1.329	(6.820)	(204)	(19.141)	(117.130)	19.706
Total	610.761	5.017	(25.765)	(772)	(72.313)	(442.488)	74.440

- (a) A Pensare, que atuava única e exclusivamente como um holding intermediária da UAM, UNP e Unifacs, foi extinta através de sua cisão e imediata incorporação dos ativos cindidos por suas controladas (UAM, UNP e Unifacs). Após esta incorporação reversa essas três instituições passaram a ser diretamente controladas pela VC Network. Como consequência deste movimento societário não há mais diferença entre base contábil e base fiscal nessas três instituições e, portanto, não há mais saldos de tributos diferidos. Considerando que o movimento ocorreu em 1 de dezembro de 2022, todos os saldos passivos e ativos referentes ao Imposto de Renda e Contribuição social diferidos dessas três empresas foi baixado contra o resultado do exercício de 2022. Os critérios utilizados para a alocação dessa reversão entre os segmentos de negócio foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, além de terem sido discutidos e aprovados também pelos órgãos de governança da controlada Inspiral Brasil.

Importante destacar que, ainda que houvesse outras diferenças temporárias, como as três instituições são entidades operacionais participantes do PROUNI, diferentemente de sua antiga holding, a alíquota a ser empregada para constituição de tributos diferidos seria igual a zero, já que esta é a alíquota tributária esperada na eventual realização das diferenças temporárias tributáveis.

8.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes de IRPJ e CSLL	(329.630)	(100.788)	(217.875)	(415.951)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	112.074	34.268	74.078	141.423
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	25.500	99.531	(2.343)	(4.876)
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	156.125	239.681
Créditos tributários não constituídos (b)	(116.588)	(133.648)	(244.672)	(243.380)
Beixa de IRPJ e CSLL diferido	-	-	-	359.432
Amortização do ágio	-	-	47.022	5.795
Perda por impairment	(14.336)	-	(14.336)	-
Outras adições e exclusões	(6.650)	(1.613)	(11.171)	(70.670)
IRPJ e CSLL calculados:	-	(1.462)	4.703	427.405
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	-	-	(4.930)	(6.385)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	-	(1.462)	9.633	433.790
Ativo	-	(1.462)	12.244	(35.235)
Passivo	-	-	(2.611)	469.025
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,00%	-1,45%	-2,16%	-102,75%

- (a) Refere-se ao benefício das isenções fiscais do Imposto de Renda, da Contribuição Social, da COFINS e do PIS, em cumprimento ao disposto pela legislação do PROUNI (nota explicativa 4.16). Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista a não existência de expectativa de sua realização.

9 DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Reembolsáveis por alienantes (a)	113.744	100.706
Ativos de indenização (b)	129.957	135.547
Empréstimos a terceiros (c)	12.664	15.430
Total	256.365	251.683
Ativo circulante	43	3.067
Ativo não circulante	256.322	248.616

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, HSM Brasil, IEDUC, Faceb, Catalana, Poli, Ages, Ages Educação, Unicuritiba, UniFG, UAM, APEC, Uniritter e IBMR provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser

compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários.

- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 17), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato.
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

10 INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

As principais demonstrações financeiras das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2023							
Controladas via participação direta e demais participações							
	Participação direta no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Demais participações (i)	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(-) Resultado de demais participações (i)	Resultado do período
VC Network (ii)	45%	4.692.832	267.134	2.615.728	1.809.970	602.164	(181.594)
Inspirali Brasil (iii)	75%	3.768.603	8	401.574	1.204.721	95.190	285.570
Rede	100%	597.286	280.763	-	316.523	-	(36.114)
Nordeste	100%	472.698	(1.052)	-	473.750	-	14.030
LCB	50%	19.768	22.892	(1.562)	(1.562)	(2.431)	(2.431)
Gama	56%	-	-	-	(10.934)	-	(4.462)
Vivae (iv)	50%	-	-	-	13.117	-	-
Anima Venture (v)	-	-	-	-	11.602	-	-
Ágio Ages	-	-	-	-	34.172	-	-
					<u>3.851.359</u>		<u>74.999</u>
				Investimentos	3.863.854		
				Provisão para perdas em investimentos	(12.495)		

- (i) Refere-se a participações em entidades controladas em conjunto e participação de acionistas não controladores.
- (ii) Refere-se à participação de 45% da Companhia no capital social da VC Network, que é representada por ações preferenciais que dão direito ao resultado líquido das operações não oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Anima indenizará a Inspirali Brasil referente a este impacto e vice-versa. Os critérios de rateio para apuração dos resultados das operações na VC Network foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Anima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, sendo também aprovados pelos órgãos de governança da Inspirali Brasil.

- (iii) Refere-se à participação de 75% da Companhia no capital social da Inspirali Brasil, que em 31 de março de 2022 teve as condições precedentes existentes no Contrato de Investimento assinado entre a Companhia e a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão que previa, dentre outras condições, a conclusão da reestruturação societária no âmbito da Inspirali Brasil, a qual foi superada. Com isso o Fundo Genoma VIII efetuou aumento no capital social na Inspirali Brasil, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1.000.000, correspondente a 25% de seu capital social votante.
- (iv) Em 08 de abril de 2022 foi constituída a joint venture Vivae com capital social inicial de R\$ 12.000. E em agosto de 2022 ocorreu um aporte de R\$ 8.000, perfazendo um capital social total de R\$ 20.000. Essa joint venture entrou em fase operacional no final do primeiro trimestre de 2023.
- (v) Venture Capital criado, em 11 de julho de 2022, para investimento ao longo dos próximos 10 anos em startups das mais variadas especialidades. O fundo de investimento Ânima Venture deverá investir não somente em edtechs, mas também em startups de diferentes setores que permeiam o segmento de educação e buscam soluções ágeis transformacionais.

Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

	31/12/2023					
	Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	(-) Resultado de acionistas não controladores
Faseh	74%	124.217	21.435	26.970	75.812	13.277
Unifg	55%	210.347	156.318	24.313	29.716	7.424
IBCMED (i)	100%	26.909	19.343	-	7.566	567
Inspirali Brasil	75%	3.768.604	2.162.308	401.575	1.204.721	95.190
				<u>452.858</u>		<u>116.458</u>

- (i) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil exerceu sua opção da aquisição dos 49% restante desta investida, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O resultado de acionistas não controladores corresponde ao resultado anterior a conclusão da operação de aquisição da participação integral do IBCMED.

Movimentação dos saldos no período:

	Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Perda por Impairment	Redução de capital (iii)	Ajuste de Avaliação Patrimonial (iv)	Ágio	Saldo em 31/12/2023
Ativo									
VC Network (ii)	1.902.968	192.543	(181.594)	-	-	-	(103.947)	-	1.809.970
Inspirali	1.167.943	-	285.570	(330.433)	-	-	81.641	-	1.204.721
Rede	435.411	88.612	(36.114)	-	-	(171.386)	-	-	316.523
NS Educação	431.016	28.704	14.030	-	-	-	-	-	473.750
Vivae	10.000	3.117	-	-	-	-	-	-	13.117
Ânima Venture	3.500	8.102	-	-	-	-	-	-	11.602
Ágio e alocações	34.069	-	-	-	-	-	-	103	34.172
	<u>3.984.907</u>	<u>321.078</u>	<u>81.892</u>	<u>(330.433)</u>	<u>-</u>	<u>(171.386)</u>	<u>(22.306)</u>	<u>103</u>	<u>3.863.855</u>
(Passivo)									
LCB	(97)	966	(2.431)	-	-	-	-	-	(1.562)
Gama (i)	17.036	-	(4.462)	-	(23.508)	-	-	-	(10.934)
	<u>16.939</u>	<u>966</u>	<u>(6.893)</u>	<u>-</u>	<u>(23.508)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.496)</u>
Total	<u>4.001.846</u>	<u>322.044</u>	<u>74.999</u>	<u>(330.433)</u>	<u>(23.508)</u>	<u>(171.386)</u>	<u>(22.306)</u>	<u>103</u>	<u>3.851.359</u>

- (i) No trimestre findo em 30 de junho de 2023, a partir da revisão estratégica conduzida no âmbito da gestão da investida Gama, que decidiu por reduzir seu escopo de atuação e consequente perspectiva de resultados, a projeção de resultados indicou que os ativos registrados relacionados a este investimento não são recuperáveis. Desta forma, foi realizado o *impairment* do ágio registrado pela aquisição da Gama e contabilizada uma estimativa para perda de recebíveis referente aos mútuos em aberto com a Gama (Notas explicativas 21 e 24).
- (ii) Em decorrência do acordo de indenização assinado entre a Companhia e Inspiral Brasil, a VC Network recebeu, da Ânima Holding, adiantamentos para futuro aumento de capital, um no montante de R\$ 86.000 em moeda corrente, e outro e no montante de R\$ 215.311, referente à cessão de dividendos a receber de suas controladas (Inspiral Brasil e Sobepe). Em setembro de 2023, foi realizada a devolução de parte destes adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$108.768, tendo sido o valor remanescente, R\$ 192.543, integralizado em 1º de novembro de 2023, conforme deliberado pela assembleia da VC Network na data, mediante aumento de capital, realizado com ágio na emissão de ações no valor de R\$188.994, gerando uma perda de R\$103.947 no investimento da Ânima Holding na VC Network.
- Ainda, como parte do acordo de indenização, foi realizada a extinção de crédito da Companhia com a Inspiral Brasil, no valor de R\$ 40.476, reconhecida diretamente no resultado do exercício (nota explicativa 21).
- (iii) Em 2021, através de uma operação de sale & leaseback, foram vendidos dois imóveis do campus da UniRitter pelo valor de R\$171.386. O valor foi recebido pela Controladora. Em 29 de setembro de 2023 foi realizada redução de capital e reservas da UniRitter e Rede para fazer a compensação do valor com a controladora.
- (iv) Refere-se aos efeitos de transações entre sócios, sobre o aporte de capital na VC Network e reflexo da aquisição da participação dos acionistas não controladores do IBCMED.

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2021	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de Capital	Distribuição de Dividendos	Ajuste de preço	Reestruturação societária (i)	Saldo em 31/12/2022
Ativo								
VC Network	4.281.870	-	195	1.210	(25.267)	-	(2.355.040)	1.902.968
Inspiral Brasil	22.485	6.239	376.599	180	(86.347)	-	255.040	1.167.943
Rede	432.557	73.316	(70.571)	109	-	-	-	435.411
Gama	30.128	-	(13.048)	-	-	(44)	-	17.036
NS Educação	346.549	81.883	856	1.728	-	-	-	431.016
Vivae	-	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Ânima Venture	-	3.500	-	-	-	-	-	3.500
Ágio e alocações	34.069	-	-	-	-	-	-	34.069
Total	5.147.658	174.938	294.031	3.227	(111.614)	(44)	(2.100.000)	4.001.943
(Passivo)								
LCB	(162)	1.359	(1.294)	-	-	-	-	(97)
Total	5.147.496	176.297	292.737	3.227	(111.614)	(44)	(2.100.000)	4.001.846

- (i) Refere-se à alienação da participação detida pela controladora na VC Network no montante de R\$ 2.100.000, bem como o aumento de capital da controladora na Inspiral Brasil com ações da VC Network.
- (ii) Refere-se ao reflexo da alteração da participação relativa da Companhia na Inspiral Brasil devido ao aporte de capital realizado pela DNA Capital e opção de compra da participação dos acionistas não controladores do IBCMED.

Taxas anuais de depreciação	Controladora			
	31/12/2023			31/12/2022
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	8.333	(6.912)	1.421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	6.341	(3.803)	2.538
Móveis e utensílios	10%	1.983	(1.413)	570
Máquinas e equipamentos	10%	1.078	(706)	372
Outros	10% a 20%	671	(585)	86
Imobilizado em andamento	-	4	-	4
Total		18.410	(13.419)	4.991

Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
	31/12/2023			31/12/2022
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	601.060	(346.954)	254.106
Edificações	1,43% a 4%	106.834	(37.275)	69.559
Terrenos	-	32.092	-	32.092
Máquinas e equipamentos	10%	174.333	(151.891)	22.442
Biblioteca e videoteca	10%	144.649	(128.175)	16.474
Móveis e utensílios	10%	192.705	(156.408)	36.297
Computadores e periféricos	20%	220.599	(200.077)	20.522
Equipamentos de laboratórios	10%	206.664	(131.599)	75.065
Outros	10% a 20%	39.741	(35.343)	4.398
Imobilizado em andamento	-	21.552	-	21.552
Total		1.740.229	(1.187.722)	552.507

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e do consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação
Computadores e periféricos	1.539	504	(9)	(613)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.903	-	-	(587)	222
Móveis e utensílios	704	29	-	(163)	-
Máquinas e equipamentos	464	-	-	(92)	-
Outros	113	6	-	(33)	-
Imobilizado em andamento	229	3	(6)	-	(222)
Total	5.952	542	(15)	(1.488)	-

	Controladora			
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Reclassificação
Computadores e periféricos	1.706	503	(670)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.269	-	(591)	225
Móveis e utensílios	860	25	(181)	-
Máquinas e equipamentos	563	-	(99)	-
Outros	45	90	(22)	-
Imobilizado em andamento	382	72	-	(225)
Total	6.825	690	(1.563)	-

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Transferência (a)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	254.701	31.056	(11.813)	(50.372)	30.534	-	254.106
Edificações	98.581	-	-	(5.001)	-	(24.021)	69.559
Terrenos	47.377	-	-	-	-	(15.285)	32.092
Máquinas e equipamentos	30.417	1.523	(120)	(9.378)	-	-	22.442
Biblioteca e videoteca	22.849	6	(1)	(6.380)	-	-	16.474
Móveis e utensílios	44.497	3.504	(283)	(11.421)	-	-	36.297
Computadores e periféricos	18.794	9.998	(174)	(8.096)	-	-	20.522
Equipamentos de laboratórios	74.169	14.866	(589)	(13.381)	-	-	75.065
Outros	5.438	573	(25)	(2.019)	431	-	4.398
Imobilizado em andamento	21.835	31.351	(669)	-	(30.965)	-	21.552
Total	618.658	92.877	(13.674)	(106.048)	-	(39.306)	552.507

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2022
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Combinação de negócios	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	259.887	17.171	(6.513)	(48.307)	32.453	10	254.701
Edificações	104.462	-	(155)	(5.151)	(575)	-	98.581
Terrenos	47.377	-	-	-	-	-	47.377
Máquinas e equipamentos	61.797	2.455	(1.879)	(21.471)	1.420	29	42.351
Biblioteca e videoteca	31.474	123	(1.241)	(7.542)	35	-	22.849
Móveis e utensílios	53.193	5.703	(1.427)	(13.123)	114	37	44.497
Computadores e periféricos	24.178	4.193	(19)	(9.791)	233	-	18.794
Outros	64.440	14.165	(285)	(10.635)	(18)	6	67.673
Imobilizado em andamento	14.785	40.844	(132)	-	(33.662)	-	21.835
Total	661.593	84.654	(11.651)	(116.020)	-	82	618.658

- (a) A controlada, PGP Educação, destinou o terreno e imóvel em Pinheirinho (Curitiba-PR), com valor contábil de R\$39.306, em 30 de novembro de 2023, para ativos mantidos para venda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 18 de março de 2024 a escritura de compra e venda foi lavrada, finalizando assim a transação de compra e venda do referido ativo.

O ativo classificado como mantido para venda está mensurado pelo valor justo menos os custos da transação, com base no valor de venda do contrato de R\$ 32.000. Foi reconhecida uma perda por mensuração ao valor justo, no valor de R\$7.306, diretamente no resultado.

11.1 Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada em garantia de processos judiciais e alguns empréstimos. Foram onerados as edificações e os terrenos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$101.651 em 31 de dezembro de 2023 (R\$145.957, em 31 de dezembro de 2022).

12 DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o período findo em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2022	1.310.352	1.506.698	-
Adição e remensuração	77.328	77.328	-
Baixa	(145.744)	(170.785)	25.041
Pagamento	-	(290.675)	-
Pagamento de multas	-	(31.856)	-
Concessão pagamentos (ii)	-	(225)	225
Amortização	(168.064)	-	(168.064)
Despesa financeira	-	154.840	(154.840)
Despesa com multa (i)	-	58.641	(58.641)
Saldo em 31/12/2023	1.073.872	1.303.966	(356.279)
Circulante	-	144.371	
Não circulante	1.073.872	1.159.595	

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2021	1.382.681	1.556.878	-
Adição e remensuração	259.063	259.063	-
Baixa	(121.508)	(132.756)	11.248
Pagamento	-	(354.710)	-
Concessão pagamentos (ii)	-	(4.543)	4.543
Amortização	(209.884)	-	(209.884)
Despesa financeira	-	182.766	(182.766)
Saldo em 31/12/2022	1.310.352	1.506.698	(376.859)
Circulante	-	172.747	
Não circulante	1.310.352	1.333.951	

- (i) Valor referente às multas em decorrência das devoluções de imóveis das instituições UAM, UNP, FACS, Brasil, Ages, Sociesc e Vidam.
- (ii) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - "Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar, até 30 de junho de 2022, as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 4.543 diretamente no resultado do exercício, e não como uma modificação de contrato.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
	31/12/2023
2025	128.415
2026	114.424
2027	93.712
2028	91.285
Após 2028	731.759
Total	1.159.595

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período, projetando a inflação de 3,90% ao ano para 2024, 3,50% para os anos posteriores a 2025, conforme boletim Focus publicado em 29 de dezembro de 2023. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	31/12/2023		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	1.073.872	1.125.041	4,76%
Passivo de arrendamento	1.303.966	1.360.558	4,34%
Despesa de amortização	(168.064)	(171.851)	2,25%
Despesa financeira	(154.840)	(158.206)	2,17%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

13 INTANGÍVEL

		Controladora		
Taxas anuais de amortização		31/12/2023		31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Softwares	20%	217.961	(126.797)	91.164
Desenv. conteúdo EAD	33%	48.771	(24.848)	23.923
Cessão de Uso/Know-How	20%	7.096	(3.907)	3.189
Total		273.828	(155.552)	118.276

		Consolidado		
Taxas anuais de amortização		31/12/2023		31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Intangíveis em combinações de negócios				
Ágio		3.235.253	-	3.235.253
Marcas e patentes	3,33%	562.971	(55.808)	507.163
Licença		1.384.611	-	1.384.611
Carteira de clientes	22% a 70%	587.919	(435.489)	152.430
Acordo de não competição	12%	2.098	(1.852)	246
Polos EAD		119.343	-	119.343
Material EAD	33% a 50%	4.175	(4.175)	-
Tecnologia	20%	8.449	(5.210)	3.239
		5.904.819	(502.534)	5.402.285
Intangíveis reconhecidos pelo custo				
Softwares	20%	402.290	(249.335)	152.955
Desenv. conteúdo EAD	33%	154.159	(98.827)	55.332
Credenciamento MEC	33%	21.770	(16.592)	5.178
Cessão de Uso/Know-How	20%	1.403	(1.360)	43
Intangível em desenvolvimento		5.240	-	5.240
Direitos Autorais	33%	7.098	(3.908)	3.190
		591.960	(370.022)	221.938
Total do intangível		6.496.779	(872.556)	5.624.223

A movimentação da controladora é:

Controladora

	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (a)	Saldo líquido em 31/12/2023
Softwares	115.161	42.151	(658)	(38.258)	(27.232)	91.164
Desenv. conteúdo EAD	28.510	13.488	(2.658)	(15.417)	-	23.923
Direitos Autorais	4.608	-	-	(1.419)	-	3.189
Total	148.279	55.639	(3.316)	(55.094)	(27.232)	118.276

(a) Transferência entre Ânima e sua controlada Inspirali Brasil de parte do CAPEX pago pela Anima Holding que beneficiará a operação Inspirali Educação médica.

	Controladora					
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixa	Reclassificação	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2022
Softwares	85.855	60.192	(1.206)	-	(29.680)	115.161
Desenv. conteúdo EAD	9.246	26.207	(1)	1.060	(8.002)	28.510
Cessão de Uso/Know-How	7.088	-	-	(1.060)	(1.420)	4.608
Total	102.189	86.399	(1.207)	-	(39.102)	148.279

A movimentação consolidada é:

	Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixa	Amortização	Reclassificação	Combinação de negócio (i)	Saldo líquido em 31/12/2023
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>							
Ágio	3.235.370	-	-	-	-	(117)	3.235.253
Marcas e patentes	526.230	-	-	(19.507)	(2)	442	507.163
Licença	1.384.611	-	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	295.338	-	-	(142.878)	(76)	46	152.430
Acordo de não competição	493	-	-	(247)	-	-	246
Polos EAD	119.260	-	-	-	83	-	119.343
Material EAD	737	-	-	(732)	(5)	-	-
Tecnologia	4.928	-	-	(1.689)	-	-	3.239
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>							
Softwares	143.141	59.769	(878)	(52.243)	3.166	-	152.955
Desenv. conteúdo EAD	71.112	26.037	(3.588)	(38.229)	-	-	55.332
Credenciamento MEC	5.108	3.211	(3)	(3.138)	-	-	5.178
Cessão de Uso/Know-How	280	-	-	(237)	-	-	43
Intangível em desenvolvimento	4.437	8.556	(4.587)	-	(3.166)	-	5.240
Direitos autorais	4.609	-	-	(1.419)	-	-	3.190
Total	5.795.654	97.573	(9.056)	(260.319)	-	371	5.624.223

	Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixa	Amortização	Reclassificação	Combinação de negócio (i)	Saldo líquido em 31/12/2022
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>							
Ágio	3.303.905	-	-	-	-	(68.535)	3.235.370
Marcas e patentes	536.559	-	-	(18.029)	(69)	7.769	526.230
Licença	1.384.611	-	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	439.024	-	-	(150.327)	(262)	6.903	295.338
Acordo não competição	740	-	-	(247)	-	-	493
Material EAD	2.630	-	-	(1.956)	-	63	737
Polos EAD	119.342	-	-	(116)	-	34	119.260
Tecnologia	6.618	-	-	(1.690)	-	-	4.928
<i>Intangíveis desenvolvidos internamente</i>							
Softwares	115.619	71.874	(1.299)	(43.357)	304	-	143.141
Desenv. conteúdo EAD	48.533	50.350	(2.419)	(26.601)	1.249	-	71.112
Credenciamento MEC	5.711	2.347	(15)	(3.081)	146	-	5.108
Cessão de Uso/Know-How	561	-	-	(281)	-	-	280
Intangível em desenvolvimento	4.138	1.674	(7)	-	(1.368)	-	4.437
Direitos autorais	6.027	1	-	(1.419)	-	-	4.609
Total	5.974.018	126.246	(3.740)	(247.104)	-	(53.766)	5.795.654

- (i) Em 2023, as adições identificadas referem-se à finalização da alocação do preço de compra da Medpós. Saldos de 2022 referem-se à alocação do preço de compra do Grupo Laureate, Milton Campos e IBCMED.

13.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado							
31/12/2023							
Carteira de clientes	Intangíveis amortizáveis			Intangíveis não amortizáveis			Total Geral
	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Tecnologia	Licença	Polos EAD	Ágio	
Inspirali Educação Médica e Ânima Core							
IEDUC	-	21.130	-	-	-	38.114	59.244
USJT	-	30.247	-	54.600	-	174.445	259.292
SOCIESC	-	18.339	-	3.787	-	45.103	67.229
FACEB	246	-	-	7.255	-	28.721	36.222
Politécnico	-	-	-	1.780	-	16.868	18.648
Cesuc e Catalana	-	-	-	6.430	-	21.290	27.720
Jangade	-	-	-	3.191	-	3.899	7.090
Agos e Vidam	442	14.694	-	37.609	-	159.419	212.164
FACED	-	-	-	1.736	-	2.678	4.414
Unicuritiba	-	15.620	-	23.858	-	107.551	147.029
Faseh	-	-	-	33.602	-	117.239	150.841
UnifG	2.980	-	-	19.920	-	83.471	106.371
Medroom	-	-	3.239	-	-	14.234	17.473
Unisul	23.586	-	-	96.896	7.000	163.624	340.233
Milton Campos	-	4.051	-	3.252	-	44.798	52.101
Rede	-	-	-	-	-	42.149	42.149
SOCEC	665	11.122	-	22.276	8.816	29.786	72.665
IBMR	2.199	21.393	-	62.364	15.089	150.318	251.363
FADERGES	796	10.698	-	24.702	12.377	46.814	95.387
Uniritter	-	26.456	-	67.585	12.065	33.812	139.918
Apec	15.333	49.680	-	191.332	18.034	242.127	516.506
Unifacs	49.189	68.262	-	298.826	24.138	577.024	1.017.439
ISCP	57.240	137.482	-	423.610	21.824	1.048.795	1.688.951
IBCMED	-	7.229	-	-	-	37.869	45.098
Medpós	-	426	-	-	-	4.590	5.016
Presidente	-	-	-	-	-	513	513
	152.430	246	485.956	3.239	1.384.611	119.343	3.235.251
							5.381.076
Lifelong learning							
HSM	-	18.778	-	-	-	-	18.778
Outras	-	2.429	-	-	-	2	2.431
	-	21.207	-	-	-	2	21.209
Total	152.430	246	507.163	3.239	1.384.611	119.343	3.235.253
							5.402.285

13.2 Teste ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de revisão do valor recuperável de tais ativos.

13.2.1 UGC's dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ânima Core

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2024, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida, após o quinto ano, é próxima à estimativa de crescimento adotada pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's participantes do PROUNI foram:

Premissas	UGC's ensino
Taxa de desconto ao ano	14,90%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	6,04%
Crescimento médio dos gastos ao ano	4,35%
Carrying amount (valor testado)	6.035.003

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's que não ofertam graduação, foram:

Premissas	Outras UGC's
Taxa de desconto ao ano	14,90%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	3,31%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,75%
Carrying amount (valor testado)	80.177

13.2.2 UGCs do segmento LifeLong Learning

O valor recuperável do ativo marca HSM foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos *royalties* evitados (*Relief from royalties*), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca um "aluguel" pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	Marca HSM
Taxa de desconto ao ano	14,90%
Período de projeção (vida útil estimada)	26 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	3,51%
Taxa de royalties sobre receita líquida	5,78%
Carrying amount	17.197

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC's a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Contrato	Valor total captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores Financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures Ânima 1ª emissão - série única	150.000	CDI	1,00%	31/05/2018	29/05/2023	1ª parcela de juros em maio de 2019; principal e o restante dos juros trimestralmente a partir de maio de 2020		-	23.304	-	23.304
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única (a)	350.000	CDI	3,475%	21/11/2019	11/11/2024	Juros semestrais a partir de maio de 2020 e principal semestral a partir de novembro de 2021	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado =< 3,5 (jun/24 =< 3,0) - EBITDA Ajustado / Despesas financeiras => 1,3	73.810	203.024	73.810	203.024
Debêntures Ânima 3ª emissão - série 1	500.000	CDI	3,75%	27/05/2021	15/04/2023	Juros semestrais a partir de outubro de 2021 e principal em abril de 2023		-	513.008	-	513.008
Debêntures Ânima 3ª emissão - série 2 (b)	2.000.000	CDI	4,75%	27/05/2021	15/04/2027	Juros semestrais a partir de outubro de 2021 e principal semestralmente a partir de outubro de 2023		-	62.327	-	62.327
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 1 (c)	600.000	CDI	1,65%	28/12/2022	13/12/2027	Juros mensais e principal em dezembro de 2027	Medidos semestralmente a partir de dez/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,5 (a partir de jun/24 =< 3,0) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras => 1,3	586.233	546.440	586.233	546.440
Debêntures Ânima 4ª emissão - série 2 (c)	200.000	IPCA	8,05%	28/12/2022	13/12/2029	Juros mensais e principal em dezembro de 2028 e 2029		202.751	226.533	202.751	226.533
Debêntures Inspirati Brasil 1ª emissão	2.000.000	CDI	2,60%	31/03/2022	30/03/2027	Juros semestrais e principal anualmente a partir de março de 2024.	Medidos anualmente em março a partir de mar/23: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma =< 3,5 (a partir de jun/24 =< 3,0) - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3	-	-	2.042.661	2.043.391

Contrato	Valor total captado	Indexador	Taxa média de Juros (anual)	Data de Início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores Financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IFC	139.080	CDI	1,49%	10/05/2016	15/03/2024	Juros semestrais a partir de setembro de 2016 e principal semestralmente a partir de março de 2019.	Medidos trimestralmente: - Liquidez corrente => 1,05 - Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado =< 3,37	13.154	39.610	13.154	39.610
IFC (moeda estrangeira) (e)	80.640	SOFR	2,00%	10/07/2020	15/03/2028	1ª parcela de juros semestral em outubro de 2020 Principal semestral a partir de março de 2023	- EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida => 0,7	174.629	226.533	174.629	226.533
Banco ABC	100.000	CDI	3,25%	30/05/2023	01/06/2026	Juros trimestrais a partir de agosto de 2023 e principal trimestralmente a partir de agosto de 2024.	- Medidos semestralmente: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma a partir de junho/24 =< 3,5 a partir de jun/25 =< 3,0	100.375	-	100.375	-
Banco ABC	50.000	CDI	3,25%	15/08/2023	13/08/2026	Juros trimestrais a partir de novembro de 2023 e principal trimestralmente a partir de novembro de 2024.	- Medidos semestralmente: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma a partir de junho/24 =< 3,5 a partir de jun/25 =< 3,0	50.278	-	50.278	-
Banco do Brasil - Capital de Giro	100.000	CDI	2,60%	28/06/2023	25/07/2027	Juros debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada da operação e pagos semestralmente a partir de dezembro de 2023 e principal pago semestralmente a partir de dezembro de 2024.	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	99.564	-	99.564	-
Banco do Brasil - Capital de Giro	100.000	CDI	2,65%	27/04/2023	28/04/2027	Juros pagos mensalmente e principal pago trimestralmente a partir de julho de 2024	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	99.486	-	99.486	-
Banco do Brasil - Capital de Giro	98.000	CDI	2,60%	04/07/2023	25/07/2027	Juros debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada da operação e pagos semestralmente a partir de janeiro de 2024 e principal pago semestralmente a partir de janeiro de 2025.	- Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado < 3,5, a partir de dezembro de 2023.	104.566	-	104.566	-

Contrato	Valor total captado	Indexador	Taxa média de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores Financeiros (covenants)	Controladora		Consolidado	
								31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil - Capital de Giro (d)	262.143	CDI	2,65%	25/06/2021	25/04/2026	Juros pagos mensalmente e principal pago trimestralmente a partir de julho de 2024	Medidos anualmente: Dívida financeira líquida/EBITDA < 3,5, a partir de junho de 2024.	-	-	195.533	218.805
Outros	39.874	-	6,80% a 10,35%	Diversas	Último em 15/01/2026	-	Não aplicável	54.050	5.975	54.062	7.186
TOTAL								1.558.896	1.846.754	3.797.102	4.110.161
Passivo circulante								266.613	727.195	875.973	885.446
Passivo não circulante								1.292.283	1.119.559	2.921.129	3.224.715

- (a) Em 30 de junho de 2023 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), por meio da qual foi aprovada, dentre outras matérias, concessão de dispensa de medição dos índices financeiros prevista para ser realizada com base nas informações financeiras da 30 de junho de 2023. As medições dos índices financeiros passarão a ocorrer semestralmente, a partir de dezembro de 2023. Em decorrência das deliberações aprovadas na AGD, o índice "Dívida líquida / EBITDA ajustado" foi modificado de 3,0 para 3,5, a taxa de juros foi reajustada de 1,35% a.a. para 3,475% a.a em julho de 2023, e a Companhia realizou uma oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures da segunda emissão. A oferta de resgate antecipado foi na quantidade de debêntures equivalente ao montante total de R\$ 41.454, liquidado em 7 de agosto de 2023.
- (b) A Companhia decidiu realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da segunda série da terceira emissão, em 7 de julho de 2023, com o seu consequente cancelamento. O valor total do resgate antecipado, incluindo todos os encargos financeiros e custos da transação, foi de R\$ 67.040.
- (c) Em 28 de junho de 2023 foi realizada uma Assembleia Geral de Titulares de CRI, por meio da qual restou aprovada autorização à securitizadora para celebrar aditamento à escritura de emissão de debêntures, a fim de alterar a primeira verificação dos índices financeiros, previstos para março de 2024, para dezembro de 2023 e as verificações subsequentes de referidos Índices Financeiros seguem sendo realizadas semestralmente.
- (d) Em 24 de maio de 2023 foi realizada renegociação do contrato junto ao banco sendo a taxa de juros reduzida de 3,12% a.a. para 2,65% a.a. e vencimento final postergado de 26 de maio de 2025 para 25 de abril de 2026. Foi realizada avaliação da renegociação, em conformidade com CPC 38, e não foi identificada modificação substancial nos termos de passivo financeiro existente.
- (e) Em 25 de agosto de 2023 foi realizada renegociação da taxa de juros de 2% a.a para 2,4826% a.a

Em relação aos covenants mencionados acima, exceto pelo contrato junto ao IFC, não foram identificados descumprimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Todavia, não houve declaração de vencimento antecipado de empréstimos, financiamentos ou debêntures uma vez que foi obtida carta *waiver* junto ao IFC (os índices na tabela anterior refletem a previsão da carta *waiver* recebida do IFC).

As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

	Consolidado
Debêntures Ânima 2ª emissão - série única	Fiança da Brasil Educação, HSM Brasil, IEDUC, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Catalana e Cesuc.
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	Fiança da Brasil Educação e cessão fiduciária da totalidade dos direitos e créditos, relativos a medicina, deídos e a serem deídos pelas empresas controladas pela Inspirali Brasil.
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.
IFC (moeda estrangeira)	Garantidores Subsidiários: Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM Brasil, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Ânima, Sobepe, Ages Educação, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba - saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.
Banco ABC	Fiança + 100% recebível SOCEC
Banco ABC	Recebíveis: RITTER e Fiança: ASPEC/FADERGS/IBMR/SOCEC
Banco do Brasil - Capital de Giro	Aplicação Fundo (Ânima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA
Banco do Brasil - Capital de Giro	Aplicação Fundo (Ânima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA
Banco do Brasil - Capital de Giro	Aplicação Fundo (Ânima) + Avalistas: IBMR/REDE/RITTER/UNICURITIBA

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2025	206.333	513.996	796.122	1.062.550
2026	173.535	336.452	714.571	941.604
2027	696.855	851.787	1.194.875	1.385.781
Após 2027	215.560	326.005	215.561	326.005
Total	1.292.283	2.028.240	2.921.129	3.715.940

1) As movimentações dos saldos no período são como segue:

Controladora									
	31/12/2022	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Varição cambial	31/12/2023
Moeda nacional									
Debêntures 1ª	23.304	-	(23.077)	(1.201)	909	65	-	-	-
Debêntures 2ª	203.024	-	(126.359)	(25.349)	21.950	544	-	-	73.810
Debêntures 3ª emissão - série 1	513.008	-	(500.000)	(42.581)	25.289	4.284	-	-	-
Debêntures 3ª emissão - série 2	62.327	-	(62.380)	(8.101)	5.815	2.339	-	-	-
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	772.973	-	-	(97.193)	109.196	5.297	(1.289)	-	788.984
IFC	39.610	-	(25.218)	(4.601)	3.363	-	-	-	13.154
Banco ABC	-	99.000	-	(7.959)	9.112	222	-	-	100.375
Banco ABC	-	49.273	-	(1.846)	2.748	103	-	-	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	(7.402)	7.563	103	-	-	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	(9.908)	9.963	131	-	-	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	97.314	-	-	7.167	85	-	-	104.566
Outros empréstimos	5.975	120.931	(72.931)	(1.622)	1.697	-	-	-	54.050
Moeda estrangeira									
IFC	226.533	-	(40.520)	(13.817)	13.748	903	2.392	(14.610)	174.629
Total	1.846.754	565.118	(850.485)	(221.580)	218.520	14.076	1.103	(14.610)	1.558.896

Controladora									
	31/12/2021	Adições	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Varição cambial	31/12/2022
Moeda nacional									
Debêntures 1ª	69.568	-	(46.153)	(6.302)	5.979	212	-	-	23.304
Debêntures 2ª	302.641	-	(99.999)	(34.733)	34.664	451	-	-	203.024
Debêntures 3ª emissão - série 1	494.815	-	(54.535)	(19.591)	79.466	12.853	-	-	513.008
Debêntures 3ª emissão - série 2	1.960.548	-	(1.956.781)	(124.992)	82.136	101.416	-	-	62.327
IFC	64.891	-	(25.285)	(6.766)	6.770	-	-	-	39.610
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	-	771.480	-	-	885	-	608	-	772.973
Outros empréstimos	7.914	-	(1.933)	(482)	476	-	-	-	5.975
Moeda estrangeira									
IFC	234.715	-	-	(6.069)	8.424	903	4.441	(15.881)	226.533
Total	3.135.092	771.480	(2.184.686)	(198.935)	218.800	115.835	5.049	(15.881)	1.846.754

	Consolidado										
	31/12/2022	Adição	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	Ajuste Renegociação	Juros vendedores	31/12/2023
Moeda nacional											
Debêntures 1ª emissão	23.304	-	(23.077)	(1.201)	909	65	-	-	-	-	-
Debêntures 2ª emissão	203.024	-	(126.359)	(25.349)	21.950	544	-	-	-	-	73.810
Debêntures 3ª emissão - série 1	513.008	-	(500.000)	(42.581)	25.289	4.284	-	-	-	-	-
Debêntures 3ª emissão - série 2	62.327	-	(62.380)	(8.101)	5.815	2.339	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	772.973	-	-	(97.193)	109.196	5.297	(1.289)	-	-	-	788.984
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	2.043.391	-	-	(316.220)	307.572	7.918	-	-	-	-	2.042.661
IFC	39.610	-	(25.218)	(4.601)	3.363	-	-	-	-	-	13.154
Banco ABC	-	99.000	-	(7.959)	9.112	222	-	-	-	-	100.375
Banco ABC	-	49.273	-	(1.846)	2.748	103	-	-	-	-	50.278
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	(7.402)	7.563	103	-	-	-	-	99.564
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	99.300	-	(9.908)	9.963	131	-	-	-	-	99.486
Banco do Brasil - Capital de Giro	-	97.314	-	-	7.167	85	-	-	-	-	104.566
Banco do Brasil	218.805	-	(21.845)	(30.433)	30.063	443	-	-	(1.500)	-	195.533
Outros empréstimos	7.186	125.857	(79.098)	(1.738)	1.760	-	-	-	-	95	54.062
Moeda estrangeira											
IFC	226.533	-	(40.520)	(13.817)	13.748	903	2.392	(14.610)	-	-	174.629
Total	4.110.161	570.044	(878.497)	(568.349)	556.218	22.437	1.103	(14.610)	(1.500)	95	3.797.102

Consolidado									
	31/12/2021	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2022
Moeda nacional									
Debêntures 1ª emissão	69.568	-	(46.153)	(6.302)	5.979	212	-	-	23.304
Debêntures 2ª emissão	302.641	-	(99.999)	(34.733)	34.664	451	-	-	203.024
Debêntures 3ª emissão - série 1	494.815	-	(54.535)	(19.591)	79.466	12.853	-	-	513.008
Debêntures 3ª emissão - série 2	1.960.548	-	(1.956.781)	(124.992)	82.136	101.416	-	-	62.327
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	-	1.960.420	-	(153.942)	230.980	5.933	-	-	2.043.391
IFC	64.891	-	(25.285)	(6.766)	6.770	-	-	-	39.610
Banco do Brasil	262.283	-	(43.690)	(37.233)	37.305	140	-	-	218.805
Itaú	100.042	-	(100.000)	(14.675)	14.633	-	-	-	-
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	-	771.480	-	-	885	-	608	-	772.973
Outros empréstimos	11.545	-	(4.629)	(596)	866	-	-	-	7.186
Moeda estrangeira									
IFC - Moeda Estrangeira	234.715	-	-	(6.069)	8.424	903	4.441	(15.881)	226.533
Total	3.501.048	2.731.900	(2.331.072)	(404.899)	502.108	121.908	5.049	(15.881)	4.110.161

15 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários	7.413	5.931	73.272	42.302
Férias a pagar	11.904	12.458	80.815	88.775
INSS	3.001	3.005	25.129	26.366
FGTS	1.089	1.047	8.500	9.613
Outros (a)	5.301	351	17.008	1.280
Total	28.708	22.792	204.724	168.336

(a) Composto, principalmente, por contas a pagar por participação nos resultados.

16 CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES

		Controladora		Consolidado	
	Índice de Correção	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Earn outs					
Aquisição da Medroom	INPC	-	-	5.344	6.563
Aquisição da Ages e Ages Educação	-	-	-	10.001	9.891
Aquisição da ACAD	INPC	-	-	260	635
Aquisição da UniFG (a)	INPC	-	-	-	24.340
Aquisição do Grupo Laureate	-	-	-	-	19.500
Aquisição do IBCMED (b)	-	-	-	-	38.652
Aquisição MedPós	INPC	-	-	2.863	2.250
		-	-	18.468	101.831
Parcelamentos					
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	11.089	14.142
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	-	5.851
Aquisição da Medroom	INPC	-	-	1.404	2.065
Aquisição do IBCMED (b)	IPCA	-	-	16.387	-
Aquisição Manutenção da Faceb	IPCA	-	-	-	732
Aquisição Faseh Inovattus	INPC	-	-	-	1.140
Aquisição Sociosc	INPC	-	-	32.375	34.556
Aquisição da Milton Campos	INPC	-	-	12.024	11.133
Aquisição da GAMA (c)	-	-	11.814	-	11.814
Aquisição MedPós	INPC	-	-	-	350
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (d)	CDI + 2% a.a.	-	-	715	632
Aquisição da Fapa (Investida UniRitter) (d)	-	-	-	1.377	1.421
		-	11.814	75.371	83.836
Opção de compra					
Passivo de resgate de opção IBCMED (b)	-	-	-	-	88.720
		-	-	-	88.720
Total		-	11.814	93.839	274.387
Passivo circulante		-	2.189	28.477	115.667
Passivo não circulante		-	9.625	65.362	158.720

(a) O earnout remanescente que estava registrado, referente à aquisição da UniFG, estava vinculado à aprovação de vagas de medicina no campus de Estância, no período de 36 meses, a contar da data da aquisição. Foi realizada, no período findo em 30 de junho de 2023, a baixa do saldo, uma vez que não houve aprovação dos cursos de medicina de Estância dentro do prazo contratual e, conforme contrato vigente, não há mais previsão de pagamento.

- (b) Em 04 de julho de 2023, a Inspiral Brasil assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, onde exerceu sua opção da aquisição dos 49% restante desta investida, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor acordado pela aquisição do restante da participação, bem como para quitação de todos e quaisquer valores devidos pela Companhia aos vendedores do IBCMED, foi de R\$ 90.000, dos quais R\$ 70.000 foram pagos em 04 de julho de 2023 e os R\$ 20.000 restantes serão pagos conforme definições do contrato e corrigida pelo IPCA.
- (c) Valor refere-se a incentivos e esforços para contribuição de intangíveis de projetos em parceria com a Gama que seria realizado no prazo 5 anos, quais sejam: (a) contribuição de clientes B2C; (b) contribuição de clientes B2B; (c) contribuição de novos cursos; (d) contribuição de infraestrutura; e (e) contribuição de backoffice. Em linha com a revisão do plano de negócios (nota explicativa 10), não haverá realização das contribuições.
- (d) Refere-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pelo Grupo Laureate.

Os valores referentes ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, que estavam nesta rubrica, estão sendo apresentados nas rubricas de "Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes". O PROIES, instituído pela Lei 12.688/2012, consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido – o valor devido a ser quitado em caixa está reconhecido na linha de "Parcelamentos de impostos e contribuições". O saldo reclassificado para os grupos de "outros passivos" se refere ao valor de bolsas a serem ofertadas no programa, assumidas pela controlada Sociesc, para que os vendedores da Unisul possam quitar o parcelamento PROIES. O valor das bolsas a ofertar foi mensurado a valor justo.

Seguem, abaixo, quadros com a movimentação das contas a pagar por aquisições e o cronograma de pagamento do saldo classificado no passivo não circulante:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	274.387	256.765
Combinação de negócios	-	2.600
Adições/baixas	(12.055)	83.907
Ajuste a valor presente	14.314	14.601
Correção monetária	4.033	8.591
Pagamentos	(109.114)	(91.045)
Atualização a valor justo de Earn out	(69.497)	(1.032)
Atualização a valor justo de opção de compra	(8.229)	-
Saldo Final	93.839	274.387

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	9.625	-	7.653
2025	-	-	20.407	47.074
2026	-	-	11.759	45.889
2027	-	-	7.645	36.670
Após 2027	-	-	25.551	21.434
Total	-	9.625	65.362	158.720

17 DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

17.1 Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões trabalhistas	582	49	188.911	195.746
Provisões tributárias	-	189	351.144	375.241
Provisões cíveis	-	-	125.515	151.015
	582	238	665.570	722.002
(-) Depósitos judiciais	(489)	(93)	(149.504)	(143.801)
	93	145	516.066	578.201
(-) Ativos de indenização (i)	-	-	(129.957)	(135.547)
Total	93	145	386.109	442.654

- (i) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor, classificado na rubrica Direitos a receber por aquisições.

17.2 Movimentação

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2022	Adição/Reversão	Pagamentos	Compensação de depósitos judiciais	31/12/2023
Trabalhista (a)	49	582	(49)	-	582
Tributária (b)	189	(189)	-	-	-
Cíveis (c)	-	13	(7)	(6)	-
Total	238	406	(56)	(6)	582

	31/12/2021	Adição/Reversão	Pagamentos	31/12/2022
Trabalhistas (a)	144	(66)	(29)	49
Tributárias (c)	-	189	-	189
Cíveis (c)	-	7	(7)	-
Total	144	130	(36)	238

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2022	Adições / Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Reclassi- ficação	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	31/12/2023
Trabalhistas (a)	195.746	41.251	6.466	(40.855)	430	(768)	(13.231)	(128)	188.911
Tributárias (b)	375.241	(18.342)	-	(2.000)	3.884	-	-	(7.639)	351.144
Cíveis (c)	151.015	23.884	-	(44.143)	448	768	(8.658)	2.201	125.515
Total	722.002	46.793	6.466	(86.998)	4.762	-	(21.889)	(5.566)	665.570

	31/12/2021	Adições / Reversões	Adição INSS (d)	Paga- mentos	Atual- ização	Reclassi- ficação	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	31/12/2022
Trabalhistas (a)	225.207	(6.102)	10.412	(26.150)	4.411	1.037	(11.032)	(2.037)	195.746
Tributárias (b)	375.537	(6.763)	-	-	3.812	(1.021)	(28)	3.704	375.241
Cíveis (c)	179.459	(4.686)	-	(22.504)	2.613	(16)	(7.944)	4.093	151.015
Total	780.203	(17.551)	10.412	(48.654)	10.836	-	(19.004)	5.760	722.002

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no período estão listadas abaixo:

SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100, em dezembro de 2023 e dezembro de 2022.

UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 84.432 em dezembro de 2023 (R\$ 84.459 em 31 de dezembro 2022). No último trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a UAM realizou um parcelamento junto a PGFN de débitos previdenciária de responsabilidade dos vendedores. O valor da dívida consolidada, de R\$ 20.128, foi parcelado em 60 meses e a liquidação está sendo realizada diretamente pelos vendedores.

UNP: a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda

Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 26.543 em dezembro de 2023 e em dezembro de 2022.

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual UAM, APEC e UNIMONTE faziam parte. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão total para essa causa é de R\$ 84.186 (R\$ 80.181 em 31 de dezembro de 2022). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da UAM e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, à cobrança e indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. O valor está sendo contabilizado em resultado na rubrica "despesas com pessoal".

17.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	129.297	72.666
Tributários (i)	465.026	361.423
Cíveis (ii)	178.045	100.260
Total	772.368	534.349

- (i) Causas de cunho tributário que referem-se, principalmente a: processos de responsabilidade da UNA, Unimonte e Sociesc que discutem a imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL totalizando aproximadamente R\$ 201.791; débitos tributários relativos ao recolhimento a menor do ISS, no período de outubro de 2013 a junho de 2017, diante da alegação de que a Ritter descumpriu alguns requisitos do programa UNIPOA, relativos à disponibilização de bolsas de estudo ao Município de Porto Alegre, totalizando aproximadamente de R\$ 73.000, cobrança de ISS da UNP e FACS totalizando aproximadamente R\$ 86.000, R\$102.757 de processos da SOCIESC sobre recolhimento de ISS e pagamento de IPTU sendo que R\$91.453 é de responsabilidade dos vendedores.
- (ii) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJovem vinculado à SOCIESC e anulação do convênio firmado entre o Município de Vespasiano e a FASEH para cessão de Imóvel. Ambos são de responsabilidade dos vendedores.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra alguma Companhia e suas

controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra.

17.4 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	280	87	45.746	58.177
Tributários	209	-	55.598	50.786
Cíveis	-	6	48.160	34.838
Total	489	93	149.504	143.801

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2022	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ reversão	31/12/2023
Trabalhistas	58.177	29.703	(30.255)	(13.231)	1.352	45.746
Tributários	50.786	1.849	(615)	-	3.578	55.598
Cíveis	34.838	64.140	(43.207)	(8.658)	1.047	48.160
Total	143.801	95.692	(74.077)	(21.889)	5.977	149.504

	31/12/2021	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ Reversão	31/12/2022
Trabalhistas	56.657	19.325	(7.243)	(11.042)	480	58.177
Tributários	47.106	906	(128)	(28)	2.930	50.786
Cíveis	38.110	14.375	(10.673)	(7.944)	970	34.838
Total	141.873	34.606	(18.044)	(19.014)	4.380	143.801

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é composto por 403.868.805 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$2.569.625, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2023	31/12/2022
Total de ações em circulação	377.386.691	377.611.550
Ações em tesouraria	26.482.114	26.257.255
Total geral de ações	403.868.805	403.868.805

b) Gastos com emissão de ações

Os custos de transação da emissão de ações são contabilizados em conta redutora do capital social, conforme determina o CPC 08 (R1). Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o saldo acumulado desta rubrica é de R\$ 117.965 (R\$ 117.965 em 31 de dezembro de 2022).

c) Reservas de capital

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de capital é de R\$ 25.163 (R\$ 39.079 em 31 de dezembro de 2022). Em 2023, a movimentação refere-se à remuneração baseada em ações.

d) Ações em tesouraria

Conforme fato relevante divulgado em 2 de dezembro de 2021 a Companhia aprovou a abertura de um novo programa de recompra de ações ("Programa de Recompra"), autorizando a Diretoria a adquirir ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, com destinação aos Planos de Incentivo aprovados e a quaisquer outros planos que possam ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia, ou seu cancelamento, sem redução do capital social. A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 23.487.006 ações ordinárias, que representam 10% do total de ações em circulação, já consideradas as ações em tesouraria. Com esse programa foi recomprado um total de 2.235.000 ações no ano de 2023, ao valor unitário de R\$ 3,10 cada, totalizando R\$ 6.929 (17.630.800 ações ao valor de R\$ 6,70 cada, em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$ 118.082).

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ações em tesouraria é de 26.482.114 ações ordinárias no montante de R\$ 178.283 (26.257.255 ações ordinárias no montante de R\$ 184.271, em 31 de dezembro de 2022).

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Ágio em transação de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida uma perda líquida, no valor de R\$ 25.987, decorrente do aumento de capital da Companhia na VC Network, com ágio desproporcional na emissão de ações. Na transação, foram apurados uma perda, no valor de R\$ 103.947 e o reflexo do ganho, no valor de R\$77.960, pela participação da Ânima na Inspiralí Brasil, (nota explicativa 10).

Em dezembro de 2012, a Companhia adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos respectivos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. Na data, a perda resultante da diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações da operação foi reconhecida no patrimônio líquido.

Valor justo de passivo de resgate de ações

Em 23 de novembro de 2021, a Inspiralí Brasil assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED Serviços de Educação S.A.. O contrato previa opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra foram mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como "contas a pagar por aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido. Em 04 de julho de 2023, a Inspiralí Brasil assinou um contrato para a conclusão da transação com o

IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações.

f) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de prejuízos acumulados foi absorvido em sua totalidade pela reserva de retenção de lucros, conforme demonstrado no item a seguir.

g) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros totalizavam R\$ 263.356, sendo compostas pela reserva legal, com saldo de R\$ 18.791, e retenções de lucros, com saldo acumulado de R\$ 244.565. Abaixo composição dos saldos.

	31/12/2023	31/12/2022
Reservas legais e lucros de exercícios anteriores a 2022	36.742	36.742
Ganho/Perda na mudança de participação em controlada (i)	658.482	658.482
Dividendos prescritos	12	12
Absorção de prejuízos do exercício	(431.880)	(102.250)
	<u>263.356</u>	<u>592.986</u>

- (i) Em 31 de março de 2022, o Fundo Genoma VIII adquiriu 25,0% de capital social total e votante da Inspiralí Brasil pelo preço de R\$ 1.000.000. O valor correspondente a 25% de seu capital social votante, na data do investimento, é de R\$ 341.518. O ganho resultante da diferença entre o valor recebido e o valor patrimonial das ações da operação descrita acima foi reconhecido no patrimônio líquido, no valor total de R\$ 658.482, na rubrica de reserva de lucros.

h) Prejuízo por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(ii) Prejuízo básico por ação:

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(329.630)	(102.250)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>377.444</u>	<u>380.221</u>
Prejuízo básico por ação ordinária - R\$	<u>(0,87)</u>	<u>(0,27)</u>

(ii) Prejuízo diluído por ação

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a

conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tem instrumento com efeito diluidor. Referente a contrato de bonificação de 1.469 mil ações, atreladas ao atingimento de metas, este foi entregue em 02 de março de 2022.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(329.630)	(102.250)
Quantidade média ponderada de ações	377.444	380.221
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	-	241
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o prejuízo diluído por ação - milhares	377.444	380.462
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,87)	(0,27)

19 PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	INSPIRALI	FASEH	UNIFG	IBCMED	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	15.370	14.494	1.385	31.249
Investimento DNA (i)	341.518	-	-	-	341.518
Alocação final do valor justo do IBCMED (ii)	-	-	-	4.699	4.699
Opção de compra IBCMED (iii)	(22.180)	-	-	-	(22.180)
Remuneração baseada em ações	807	-	17	-	824
Dividendos desproporcional do IBCMED	(144)	-	-	(1.340)	(1.484)
Resultado do exercício	98.097	9.235	4.873	1.499	113.704
Dividendos distribuídos	(28.783)	-	(654)	(772)	(30.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	389.315	24.605	18.730	5.471	438.121
Opção de compra IBCMED (iii)	636	-	-	-	636
Aquisição de ações dos acionistas não controladores (iv)	924	-	-	(3.697)	(2.773)
Ganho no aumento de capital desproporcional em controlada (v)	25.987	-	-	-	25.987
Dividendos desproporcional do IBCMED	(334)	-	-	(2.341)	(2.675)
Resultado do exercício	95.190	13.278	7.423	567	116.458
Dividendos distribuídos	(110.144)	(10.912)	(1.840)	-	(122.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	401.574	26.971	24.313	-	452.858

- (i) Valor referente à participação do Fundo Genoma VIII na Inspiralí Brasil.
- (ii) Valor referente à alocação final do valor justo em combinação de negócios.
- (iii) Participação de acionistas não controladores da Inspiralí Brasil referente ao valor que havia sido estimado para adquirir a totalidade da participação no IBCMED até o final de 2026. O valor justo das opções de venda foi contabilizado como "contas a pagar por aquisições".
- (iv) Em 04 de julho de 2023, a Inspiralí Brasil assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação.
- (v) Refere-se ao ganho sobre o ágio na emissão de ações desproporcional a participação no aumento de capital da VC Network que foi realizado em 1º de novembro de 2023.

RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de produtos e serviços	5.276	8.308	7.405.297	6.797.568
Receita FIES	-	-	243.361	268.220
Descontos em mensalidades	-	-	(3.618.223)	(3.275.153)
Impostos sobre faturamento	(223)	(439)	(146.538)	(147.913)
Comissões (a)	-	-	(149.264)	(92.274)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.693)	12.783
Receita líquida	<u>5.053</u>	<u>7.869</u>	<u>3.732.940</u>	<u>3.563.231</u>
Reconhecimento de receita	-	-	-	-
Reconhecida ao longo do tempo	-	-	3.676.630	3.495.950
Reconhecida no momento da prestação	<u>5.053</u>	<u>7.869</u>	<u>56.310</u>	<u>67.281</u>
	<u>5.053</u>	<u>7.869</u>	<u>3.732.940</u>	<u>3.563.231</u>

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

Os descontos em mensalidades são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Bolsas e descontos concedidos	(2.692.487)	(2.391.996)
Gratuidade PROUNI	(572.940)	(576.294)
Convênios com empresas	(76.669)	(71.280)
Devoluções, abatimentos e outros	<u>(276.127)</u>	<u>(235.583)</u>
Total	<u>(3.618.223)</u>	<u>(3.275.153)</u>

RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal (a)	(23.282)	(10.262)	(1.483.098)	(1.451.553)
Gastos com aluguel e ocupação (b)	(1)	(972)	(77.880)	(98.043)
Gastos com serviços de terceiros	(17.575)	(12.461)	(337.725)	(355.386)
Propaganda e publicidade	20	151	(271.792)	(233.121)
Perdas estimadas (nota explicativa nº 6)	-	-	(192.236)	(194.496)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 11)	(1.488)	(1.563)	(106.048)	(116.020)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 13)	(55.094)	(39.102)	(260.319)	(247.104)
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 12)	-	-	(168.064)	(209.884)
Manutenção	(100)	(29)	(72.804)	(74.356)
Deslocamentos	(1.443)	(546)	(26.550)	(29.531)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 17)	(406)	(130)	(51.555)	6.715
Impostos e taxas	(1.675)	(2.630)	(13.450)	(17.054)
Multa para devolução de imóveis (nota explicativa nº 12)	-	-	(58.641)	-
Valor justo earn-out	-	-	69.497	1.032
Perda por impairment (c)	(42.166)	-	(42.166)	-
Extinção de crédito com controlada	(40.476)	-	-	-
Ratelo de despesa com amortização e depreciação	54.016	42.105	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(535)</u>	<u>(12.654)</u>	<u>(108.315)</u>	<u>(151.987)</u>
Total	<u>(130.205)</u>	<u>(38.093)</u>	<u>(3.201.146)</u>	<u>(3.170.788)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(33.901)	(65.596)	(1.518.816)	(1.508.841)
Despesas comerciais	-	(19)	(271.792)	(233.121)
Perdas estimadas	-	-	(192.236)	(194.496)
Despesas gerais e administrativas	(10.787)	(1.531)	(1.140.404)	(1.202.514)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(85.517)</u>	<u>29.053</u>	<u>(77.898)</u>	<u>(31.816)</u>
Total	<u>(130.205)</u>	<u>(38.093)</u>	<u>(3.201.146)</u>	<u>(3.170.788)</u>

- (a) Em função da baixa razoabilidade da estimativa, até o momento não estão sendo reconhecidas provisões para dissídio nas IES onde a negociação com os sindicatos ainda não foi concluída.
- (b) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como às despesas com aluguéis cujos contratos não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16.
- (c) Valores referem-se aos saldos de investimento e de mútuo com Gama e Instituto Ânima que foram registrados como perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (nota explicativa 24).

22

INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

	01/01/2023 a 31/12/2023				
	Consolidado				
	Inspirali Educação Médica	Ânima Core	Lifelong Learning	Corporativo	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.253.041	2.296.787	183.112	-	3.732.940
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(402.911)	(1.076.320)	(39.585)	-	(1.518.816)
LUCRO BRUTO	850.130	1.220.467	143.527	-	2.214.124
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(28.699)	(221.350)	(21.743)	-	(271.792)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(22.557)	(149.043)	(20.636)	-	(192.236)
Gerais e administrativas	(256.225)	(818.976)	(42.139)	(23.064)	(1.140.404)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(6.892)	-	(6.892)
Outras receitas (despesas) operacionais	55.363	(87.608)	(32.656)	(12.997)	(77.898)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	598.012	(56.510)	19.461	(36.061)	524.902
Receitas financeiras	112.154	26.112	644	29.618	168.528
Despesas financeiras	(354.543)	(250.496)	(3.747)	(302.519)	(911.305)
Resultado financeiro líquido	(242.389)	(224.384)	(3.103)	(272.901)	(742.777)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	355.623	(280.894)	16.358	(308.962)	(217.875)
IR/CS correntes	(3.740)	(1.190)	-	-	(4.930)
IR/CS diferidos	6.042	1.913	1.678	-	9.633
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	357.925	(280.171)	18.036	(308.962)	(213.172)

	01/01/2022 a 31/12/2022				
	Consolidado				
	Inspirali Educação Médica	Ânima Core	Lifelong Learning	Corporativo	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.084.821	2.291.142	187.268	-	3.563.231
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(315.005)	(1.132.053)	(61.783)	-	(1.508.841)
LUCRO BRUTO	769.816	1.159.089	125.485	-	2.054.390
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(13.773)	(204.693)	(14.655)	-	(233.121)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(17.780)	(156.176)	(20.540)	-	(194.496)
Gerais e administrativas	(239.503)	(900.875)	(39.827)	(22.309)	(1.202.514)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(14.342)	-	(14.342)
Outras (despesas) receitas operacionais	(17.004)	(8.479)	1.346	(7.679)	(31.816)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	481.756	(111.134)	37.467	(29.988)	378.101
Receitas financeiras	76.016	58.339	638	29.972	164.965
Despesas financeiras	(361.565)	(257.216)	(5.606)	(334.630)	(959.017)
Resultado financeiro líquido	(285.549)	(198.877)	(4.968)	(304.658)	(794.052)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	196.207	(310.011)	32.499	(334.646)	(415.951)
IR/CS correntes	(3.973)	(2.412)	-	-	(6.385)
IR/CS diferidos	222.520	209.670	1.600	-	433.790
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	414.754	(102.753)	34.099	(334.646)	11.454

A parcela corporativa se refere, majoritariamente, às atividades administrativas do grupo realizadas pela Companhia. Com a evolução do monitoramento dos

resultados dos segmentos, parte relevante dos gastos corporativos passaram a ser alocados aos segmentos de negócio a partir de 2022. Em relação ao resultado financeiro, importante destacar que o custo e os juros das debêntures contratadas pela controlada Inspiralí Brasil (vide nota explicativa 14) estão alocados diretamente no segmento Inspiralí Educação Médica.

23 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Receita com aplicações financeiras	21.032	10.927	133.450	121.956
Receita com juros de mensalidades	-	-	23.553	18.509
Desconto obtido com arrendamento (nota explicativa nº12)	-	-	225	4.543
Desconto obtido	119	259	650	1.311
Impostos e outras receitas	1.409	3.787	10.650	18.646
Total	22.560	14.973	168.528	164.965
Despesas financeiras:				
Despesa financeira de arrendamento (nota explicativa nº12)	-	-	(154.840)	(182.766)
Despesa de juros com empréstimos	(232.713)	(237.904)	(578.769)	(527.285)
Baixa de custo de captação por antecipação pagamento de debêntures e taxa de antecipação (a)	-	(96.731)	-	(96.731)
Juros de financiamento Privaler	-	-	(41.990)	(32.458)
Variação cambial passiva/ativa de empréstimos	14.610	15.881	14.610	15.881
Despesa/Receita com derivativos	(13.367)	(17.250)	(13.367)	(17.250)
Perda com derivativo realizado	(52.247)	(30.271)	(52.247)	(30.271)
Despesa bancária	(218)	(403)	(4.682)	(1.551)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(240)	(1.240)	(12.456)	(23.192)
Outras despesas	(17.862)	(10.357)	(67.564)	(63.394)
Total	(302.037)	(378.275)	(911.305)	(959.017)
Resultado financeiro	(279.477)	(363.302)	(742.777)	(794.052)

(a) A Baixa de custo de captação e taxa por antecipação de pagamento da debênture estão alocados no segmento corporativo.

24 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora													
	31/12/2023							31/12/2022						
	Ativo			Passivo				Ativo			Passivo			
	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Outros	Fornecedores	Mútuos	Resultado	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Outros	Fornecedores	Mútuos	Resultado
Brasil	-	-	-	-	10.022	-	(56)	22.224	-	-	-	2.242	-	-
Uniritter	3.726	-	-	-	23.118	15.902	-	12.624	-	-	-	16.847	202.833	-
IEDUC	-	-	-	-	200	-	(1.669)	6.462	-	-	-	281	-	-
Unimonte	956	-	-	-	2	22.760	-	1.669	-	-	-	8	11.219	-
Sociesc	1.108	-	-	-	1.813	-	(3.074)	7.249	-	-	-	8.573	-	-
Instituto Ânima (b)	-	5.687	-	1.583	-	-	388	-	10.836	-	1.583	-	-	663
Facab	1.103	-	-	-	37	38.390	-	1.874	-	-	-	-	18.861	-
VC Network	-	-	-	-	-	-	-	-	40.476	181	-	-	-	-
Sobepe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.407	-	-	-	-
Politécnico	-	-	-	-	-	7.600	-	-	-	-	-	-	-	-
Unicunitiba	398	-	-	-	-	6.400	-	959	-	-	-	-	285	-
AMC	3.487	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Catalana	171	-	-	-	-	23.268	-	255	-	-	-	-	19.918	-
ISCP	9.318	-	-	-	3.990	-	(242)	21.661	-	-	-	10.446	-	-
Unifacs	2.562	-	-	-	1.196	-	(39)	38.077	-	-	-	3.686	-	-
Inspirali Brasil	-	-	57.626	-	-	-	(42.672)	135	-	86.349	-	1.040	-	-
Rede educacional	6.326	1.607	-	-	16	-	-	15.523	9.200	-	-	5.195	-	-
Gama Academy (c)	-	-	-	-	-	-	1.132	-	18.000	-	-	-	-	-
IBMR	4.284	-	-	-	656	8.003	-	13.645	-	-	-	4.468	4.803	-
SOCEC	3.743	-	-	-	-	-	-	6.228	-	-	-	1.840	-	-
ASPEC	10.585	-	-	-	7	-	-	6.829	-	-	-	1.250	-	-
Agos Educação	2.610	-	-	-	106	-	(280)	2.205	-	-	-	666	-	-
Outros	7.558	7.306	-	-	13	-	(807)	21.624	7.294	-	-	3.602	13.874	-
Total	57.935	14.600	57.626	1.583	41.176	122.323	(47.319)	179.243	85.806	103.937	1.583	60.144	271.793	663

	Consolidado													
	31/12/2023							31/12/2022						
	Ativo			Passivo			Resultado	Ativo			Passivo			Resultado
	Contas a receber	Mútuo	Outros	Fornecedores	Dividendos a pagar	Mútuo		Contas a receber	Mútuo	Outros	Fornecedores	Dividendos a pagar	Mútuo	
Instituto Ânima (b)	-	5.747	1.583	-	-	-	388	-	10.896	1.583	-	-	-	663
Gama Academy (c)	-	-	-	-	-	-	1.132	-	18.000	-	-	-	-	-
DNA Capital (d)	-	-	-	-	17.637	-	-	-	-	-	-	28.782	-	-
Outros	336	7.308	-	168	4.071	73	1.176	335	7.293	-	167	1.426	148	-
Total	336	13.055	1.583	168	21.708	73	2.696	335	36.189	1.583	167	30.208	148	663

- (a) Refere-se principalmente ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas.
- (b) Refere-se, principalmente, a empréstimos concedidos para fomentar projetos que visam desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino. O valor deverá ser pago, após o período de carência de 38 meses, conforme aditivo contratual datado de outubro de 2019. O Instituto Ânima poderá amortizar a qualquer momento o saldo devedor. Foi reconhecida, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, perda por *impairment* referente a 50% do saldo em aberto.
- (c) Saldo de mútuo com Gama foi registrado como perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (nota explicativa 10).
- (d) Saldo refere-se ao dividendo proposto pela Inspirali a ser pago à DNA Capital.

24.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curta prazo	7.973	9.381	9.938	13.545

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros).

Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.182.272	2.004.155	1.711.786	4.898.213
Fornecedores	176.692	-	-	176.692
Contas a pagar por aquisições	30.851	23.285	49.949	104.085
Arrendamentos a pagar	144.371	242.838	916.756	1.303.965
Derivativos	4.156	6.450	22.646	33.252
Em 31 de dezembro de 2022:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.317.029	2.106.291	2.330.754	5.754.074
Fornecedores	209.813	-	-	209.813
Contas a pagar por aquisições	116.762	139.158	119.157	375.077
Arrendamentos a pagar	310.671	626.653	1.731.638	2.668.962
Derivativos	2.623	6.997	11.369	20.989

(b) **Risco de crédito** – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

(i) **Contas a receber:** A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia e suas controladas estão sempre implementando medidas em busca de reduzir o saldo de valores vencidos. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

(ii) **Instrumentos financeiros:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência *Fitch Rating* (nota explicativa 25.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	62	201.240	139.411	422.431
Aplicações financeiras	5	99.807	280.517	845.057	1.054.199
Contas a receber/Contas a receber de partes relacionadas	6/24	57.935	179.243	766.857	849.414
Adiantamentos diversos		1.356	4.308	31.489	55.260
Créditos com partes relacionadas	24	14.600	85.806	13.055	36.189
Total		173.760	751.114	1.795.869	2.417.493

(c) **Risco de mercado** – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

(i) **Risco de câmbio** - A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um SWAP para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

(ii) **Risco de juros** - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a alguns indexadores (nota explicativa 14). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros. Para a segunda série da 4ª emissão de debêntures a Companhia contratou um SWAP para garantir a taxa de juros fixada em CDI + 2,08% a.a., se protegendo assim de variações na inflação (a curva ativa do SWAP é IPCA + 8,0481% a.a.)

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora e consolidado							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor	Cotação contratada	Ajuste valor justo	Taxa contratada	Taxa SWAP
28/03/2020	15/03/2028	40.000	193.653	5,5073	27.232	Libor +2% a.a.	CDI + 0,87% a.a.
28/12/2022	13/12/2029	-	215.279	-	6.020	IPCA+8,0481% a.a.	CDI + 2,08% a.a.
Total		40.000	408.932		33.252		
Passivo Circulante					4.156		
Passivo Não Circulante					29.096		

As taxas de juros contratadas nos instrumentos de crédito que originaram os derivativos listados acima estão demonstradas na nota explicativa 14.

25.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

Em relação aos *covenants*, os cálculos dos indicadores são especificados em cada contrato (nota explicativa 14), sendo estes, também, avaliados periodicamente pela companhia, a fim de atender aos requisitos contratuais estabelecidos.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.558.896	1.846.754	3.797.102	4.110.161
Arrendamentos a pagar	12	-	-	1.303.966	1.506.698
Contas a pagar por aquisições	16	-	11.814	93.839	274.387
Derivativos	25.1	33.252	20.989	33.252	20.989
Caixa e equivalentes de caixa	5	(62)	(201.240)	(139.411)	(422.431)
Aplicações financeiras	5	(99.807)	(280.517)	(845.057)	(1.054.199)
Dívida líquida (a)		<u>1.492.279</u>	<u>1.397.800</u>	<u>4.243.691</u>	<u>4.435.605</u>
Patrimônio líquido		2.404.485	2.763.347	2.404.485	2.763.347
Dívida total (b)		3.896.764	4.161.147	6.648.176	7.198.952
Índice de alavancagem financeira [(a)/(b)]		<u>38%</u>	<u>34%</u>	<u>64%</u>	<u>62%</u>

25.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 14), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa média de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2023, foi de 12,26% (14,11%, em 31 de dezembro de 2022).

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022	
Nota explicativa		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.590.023	1.558.896	1.889.247	1.846.754
Contas a pagar por aquisições	16	-	-	11.814	11.814
Derivativos	25.1	33.252	33.252	20.989	20.989
Total		1.623.275	1.592.148	1.922.050	1.879.557
		Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
Nota explicativa		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	3.855.353	3.797.102	4.229.639	4.110.161
Arrendamentos a pagar	12	1.303.966	1.303.966	1.506.698	1.506.698
Contas a pagar por aquisições	16	104.085	93.839	278.796	274.387
Derivativos	25.1	33.252	33.252	20.989	20.989
Total		5.296.656	5.228.159	6.036.122	5.912.235

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

25.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contrapartes sem classificação externa de crédito	57.935	179.243	766.857	849.414
	57.935	179.243	766.857	849.414
Caixas e Bancos				
Caixa	26	27	244	199
Bancos				
AAA (i)	4	1	39.141	12.564
AA+ (i)	-	21	11	14.513
AA (i)	-	-	-	-
A- (i)	26	3	1.746	2.013
	56	52	41.142	29.289
Aplicações financeiras - (operações e investimento)				
AAA (i)	-	366.306	856.477	1.005.141
AA (i)	-	95.389	-	263.783
A- (i)	99.813	20.010	86.849	178.417
	99.813	481.705	943.326	1.447.341

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

26 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI - 11,65% (divulgada pela CETIP), INPC - 3,71%, IPCA - 4,62%, IGPM - 3,18% (divulgados pelo IBGE), TJLP - 6,55% (divulgada pela IDG) e TR - 1,76% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

			Controladora		
			31/12/2023		
			Efeito no resultado		
Indexador	Risco	Valor	Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(99.813)	(11.628)	(14.535)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	1.504.846	175.315	219.143
Derivativos	CDI	Alta do CDI	33.252	3.874	4.842
Exposição líquida - perda			1.438.285	167.561	209.450
				251.341	

Consolidado 31/12/2023						
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(943.326)	(109.897)	(137.372)	(164.846)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	3.743.040	436.064	545.080	654.096
Derivativos	CDI	Alta do CDI	33.252	3.874	4.842	5.811
Contas a pagar por aquisições	CDI	Alta do CDI	715	83	104	125
Contas a pagar por aquisições	Média	Alta da média	11.089	190	238	286
Contas a pagar por aquisições	INPC/IGPM/IPCA	Alta do INPC	54.270	2.013	2.517	3.020
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	16.387	757	946	1.136
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	102.423	12.035	15.043	18.052
Exposição líquida - perda			3.017.850	345.119	431.398	517.680

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos menos aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

27 COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Perda por aumento de capital na VC Network com ágio desproporcional	103.947	-	103.947	-
Reflexo do ganho da Inspital - por aumento de capital na VC Network com ágio desproporcional	77.960	-	77.960	-
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	1.910	66.541	2.545	67.729
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	2.773	-	2.773	-
Dividendos da Inspiral convertidos em adiantamento para futuro aumento de capital na VC Network	197.904	-	-	-
Dividendos da Sobepe convertidos em adiantamento para futuro aumento de capital na VC Network	17.407	-	-	-
Aumento de capital na VC Network realizado com adiantamento para futuro aumento de capital	192.543	-	-	-
Redução de capital na Rede compensada com débito de partes relacionadas	171.386	-	-	-
Transferência de imobilizado para Ativos mantidos para venda	-	-	39.306	-
Realização da remuneração baseada em ações	12.921	7.479	12.921	7.479
Reflexo remuneração baseada em ações	-	5.462	-	626

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 Alteração em participação da DNA Capital na Inspirali Brasil

Em 16 de fevereiro de 2024, a DNA Capital Consultoria Ltda. firmou um termo de ajuste de participação societária, o qual implica em um ajuste equivalente a 0,99% junto à Inspirali S.A., controlada da Ânima Holding S.A., levando a DNA Capital a uma participação total no capital da Inspirali Brasil de 25,99%.

O ajuste supracitado decorre do aumento na dívida líquida por parte da Inspirali Brasil, divergindo da composição de dívida líquida alinhada no fechamento de 31 de março de 2022, conforme acordo de investimento firmado entre as partes.

ANEXO 1.3. Parecer do Conselho Fiscal (Art. 10, inciso V, Resolução CVM nº 81/2022)



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO COMITÊ DE AUDITORIA, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS (CAR) E DO CONSELHO FISCAL (CF) - 2024

DATA, HORA E LOCAL: Iniciada em 20 de março de 2024, às 14:30 horas, presencialmente e transmitida por videoconferência, e encerrada em 25 de março de 2024.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Os membros do Conselho Fiscal da Companhia foram devidamente convocados nos termos do seu Regimento Interno. Presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal: Carla Alessandra Trematore, Bruno Meirelles Salotti e Orestes Fontana Romeiro. Presentes também (i) Paula Harraca e Edgar Jabbour, membros do CAR; (ii) Marina Oehling Gelman, Átila Simões da Cunha, Willy Freitas, Mary Mousinho, Márcia Gibosky, Ester Rossi, Fernando Bezerra, Heleno Carlos Fernandes e Paula Leite Franco Salomão, representantes da Companhia; e (iii) Tomas Menezes e Susanne Murta, representantes da Ernst Young Auditores Independentes S.S. Ltda. (EY).

MESA: Carla Alessandra Trematore – Presidente.
Paula Leite Franco Salomão – Secretária.

ORDEM DO DIA: (1) Examinar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e (2) *Release* de Resultados do exercício 2023.

MATÉRIAS APRECIADAS: (1) Examinadas e discutidas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, previamente disponibilizados aos membros do Conselho Fiscal; (2) apresentação dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes EY, substancialmente finalizados; e (3) discussão do *relaase* dos resultados do exercício 2023.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS: A presente reunião foi suspensa até o dia 25 de março de 2024, para atualização sobre (1) a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração; e (2) conclusão dos trabalhos e emissão do Relatório dos Auditores Independentes.

DELIBERAÇÕES DO CONSELHO FISCAL: Após reinício dos trabalhos, os membros do Conselho Fiscal, tendo tomado conhecimento da aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia e recebido o Relatório dos Auditores Independentes, emitiram o Parecer reproduzido abaixo:



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

“O Conselho Fiscal da Ânima Holding S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e, considerando o relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.”

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, devidamente aprovada pelos Conselheiros presentes, que constituem a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

São Paulo, 25 de março de 2024

Carla Alessandra Trematore
Presidente

Paula Leite Franco Salomão
Secretária

Bruno Meirelles Salotti
Conselheiro

Orestes Fontana Romeiro
Conselheiro

ANEXO 1.4. Ata de Reunião do Conselho de Administração



ANIMA HOLDING S/A
CNPJ: 09.288.252/0001-32
NIRE: 35300350430

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2024 ÀS 09:00 HORAS

1. Data, hora e local: Realizada no dia 25 de março de 2024, às 09:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Harmonia, nº. 1.250, 9º andar, Vila Madalena, São Paulo – SP, CEP 05435-001 e por videoconferência.

2. Convocação: Todos os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do artigo 5º do Regimento Interno.

3. Presenças: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr(a)s. Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, Ana Paula de Assis Bogus e Paula Maria Harraca.

Presentes, também, os membros da Diretoria e o Procurador Jurídico Geral da Companhia João Batista Pacheco Antunes de Carvalho e, ainda, a presidente do Conselho Fiscal, Carla Alessandra Trematore, os auditores independentes Tomas Menezes e Susanne Murta, representantes da Ernst & Young (EY).

4. Mesa Diretora: Sr. Daniel Faccini Castanho – Presidente.
Sr. Heleno Carlos Fernandes – Secretário.

5. Ordem do dia: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre a submissão, à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 29 de abril de 2024 (a “AGOE”), de Proposta da Administração envolvendo as seguintes matérias: (i) as demonstrações financeiras da Companhia, as respectivas notas explicativas, bem como o Relatório da Administração, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a proposta de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024; (iii) a proposta relativa a eventual orçamento de capital do exercício de 2024 e a eventual destinação de lucros e distribuição de dividendos, na forma do art. 201 da Lei de S.A., relativos ao exercício de 2023 e/ou exercícios anteriores, nos termos das Demonstrações Financeiras; (iv) redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, com sua fixação em 8 (oito) membros para o restante do prazo do mandato em curso que se encerrará na Assembleia Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025, tendo em vista o pedido de renúncia apresentado pela Conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca.

6. Deliberações: Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros presentes deliberaram, por unanimidade, nos termos dos documentos apresentados e rubricados pelo Secretário, que ficarão arquivados na sede da Companhia:



ANIMA HOLDING S/A
CNPJ: 09.288.252/0001-32
NIRE: 35300350430

(i) pela aprovação e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, com as respectivas notas explicativas, bem como do Relatório Anual da Administração e dos demais demonstrativos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tendo em vista as informações recebidas pela Companhia, a recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, do Conselho Fiscal e dos representantes da auditoria EY, que se manifestaram favoravelmente à aprovação, matérias que deverão ser submetidas à aprovação da AGOE da Companhia a ser realizada em 29 de abril de 2024;

(ii) por submeter à aprovação da AGOE da Companhia a proposta de fixação do montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal, caso esteja instalado, para o exercício social de 2024, nos termos da Proposta da Administração;

(iii) por submeter à aprovação da AGOE da Companhia a Proposta da Administração, conforme documento rubricado pelo Secretário do Conselho, envolvendo a não distribuição de dividendos, inclusive em relação a lucros de exercícios anteriores e Orçamento de Capital para o exercício de 2024, considerando que não houve apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e que a situação financeira da Companhia não permite nesse momento o pagamento de dividendos relativos a lucros acumulados de exercícios anteriores;

(iv) por submeter à aprovação da AGOE da Companhia a proposta de redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, com sua fixação em 8 (oito) membros para o restante do prazo do mandato em curso que se encerrará na Assembleia Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025, tendo em vista o pedido de renúncia apresentado pela Conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca.

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da original que se encontra arquivada na sede social da Companhia.

São Paulo, 25 de março de 2024.

Daniel Faccini Castanho
Presidente da Mesa e Conselheiro

Heleno Carlos Fernandes
Secretário

ANEXO 2 – Justificativa, fontes e aplicações – Orçamento de capital 2024

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas dar por prejudicada eventual retenção relativa ao orçamento de capital, prevista no art. 196 Lei 6.404/76, tendo em vista não haver lucro líquido no exercício a ser retido

ANEXO 3 – Proposta de destinação do lucro líquido – Anexo A da Instrução CVM nº 81/2022 (art. 10, parágrafo único, II, RCVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O resultado contábil da controladora do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de prejuízo de R\$ 329.630.936,96 (trezentos e vinte e nove milhões, seiscentos e trinta mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Em virtude do prejuízo apurado, não há dividendos a serem distribuídos.
Não foram antecipados dividendos, nem foram pagos juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Não houve apuração de lucro no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não se aplica

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Até a presente data não foram declarados dividendos e não houve distribuição de juros sobre capital próprio

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não há dividendos a serem distribuídos.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não serão declarados dividendos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores;

Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia possui somente ações ordinárias, e apresentou os seguintes resultados nos últimos três exercícios.

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Lucro Líquido (prejuízo) Contábil Em R\$ milhões	(87.665)	(102.250)	(329.630)
Lucro (prejuízo) por Ação R\$	(0,24)	(0,27)	(0,87)

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em nenhum dos três últimos exercícios houve distribuição dos juros sobre capital próprio. Nos anos em que a Companhia apresentou lucro, após diminuição da reserva legal, os dividendos foram calculados sobre o percentual de 25% do lucro.

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Dividendos	0,00	0,00	0,00
Dividendos por Ação	0,00	0,00	0,00

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não foi apurado lucro, portanto não houve destinação à reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não se aplica.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme descrito no artigo 26, parágrafos IV e V do estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido da importância destinada à constituição da Reserva Legal; e da importância destinada à formação da Reserva para Contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não há dividendos a serem pagos.

c. Informar o montante eventualmente retido

Até a presente data, não houve dividendo retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não há retenção do dividendo obrigatório

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não há

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não há

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não há

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não há

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não há

ANEXO 4 – Item 8 do Formulário de Referência (Art. 13, Resolução CVM nº 81/2022)

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para administradores, incluindo os membros da Diretoria estatutária e não estatutária, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de outubro de 2019, visa: (i) atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos administradores da Companhia aos princípios e aos objetivos estratégicos da Companhia e com as melhores práticas de remuneração adotadas pelo mercado, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (iii) prover um equilíbrio adequado entre as remunerações fixa e variável, de curto e de longo prazo, conforme a cultura da Companhia; (iv) definir um programa de remuneração claro e transparente.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(a) Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixa e será paga em 12 (doze) parcelas mensais, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração receberão remuneração adicional mensal quando participarem como membros em mais de um comitê.

Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus à remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

O valor das remunerações e os reajustes serão recomendados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital, alinhados às práticas de mercado.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento serão beneficiários do seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O - "Directors and Officers" e/ou "Comfort Letter"), compulsoriamente incluídos na apólice, cujo custo será inteiramente assumido pela Companhia.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser distinta da dos demais membros em função do cargo exercido, uma vez em que o Presidente possui obrigações e deveres próprios, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Dentre tais funções, pode-se destacar a de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia, bem como a presidência das mesas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando e se instalado, fazem jus a uma remuneração fixa mensal que deverá obedecer aos preceitos do artigo 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, que prescreve que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal deve ser equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal de cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme sejam pontualmente acionados para substituição dos membros efetivos em reuniões.

(c) Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

A remuneração dos Diretores Estatutários será fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores não estatutários observará os planos de cargos e salários da Companhia e seus respectivos contratos de trabalho.

A estrutura de remuneração dos Diretores poderá ser composta por uma parcela fixa e outra variável, bem como benefícios e incentivos de curto e longo prazo, sempre baseada nos padrões de mercado e nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia.

(d) Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital; Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG:

Os membros dos Comitês de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, Comitê de Finanças e M&A, Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital, Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG que forem do Conselho de Administração, serão remunerados após a participação em mais de um comitê, pois a participação em um único comitê está inclusa na remuneração do Conselho. Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus a remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

c. composição da remuneração, indicando:

(c).I Remuneração Fixa

Objetivo

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer uma remuneração com foco no curto prazo, para a compensação direta aos diretores da Companhia pelos serviços prestados e reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, demanda de tempo, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento do executivo.

Metodologia de cálculo e de reajuste

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, a aprovação da respectiva política, estratégia ou orçamento, sempre que cabível.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

(c).II Remuneração Variável

Objetivo

A remuneração variável concedida pela Companhia, que tem beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, tem por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, podendo ser composta por Incentivos de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), e por quaisquer outras remunerações extraordinárias que venham a ser concedidas, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Qualquer remuneração baseada em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou Plano Stock Purchase, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da Companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da

Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável é revisado anualmente.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

O programa é dividido em incentivos de curto, médio e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual; além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia. O percentual de atingimento da meta de EBITDA determina o valor do *pool* de bônus que será distribuído.

Existe ainda programa de incentivo de longo prazo com *matching* em ações, no qual os participantes elegíveis podem optar por aderir ao programa, investir recursos próprios na compra de ações da Companhia por meio da corretora de sua preferência e pagando o preço de mercado da ação. O limite de compra coberto no programa é 50% do valor pago no ICP. Aqueles que permanecerem até o final do programa e atenderem aos seus requisitos, serão contemplados com um lote adicional de ações.

Anualmente, a Diretoria e o Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, promoverão a correta apuração e acompanhamento dos planos e programas, bem como a definição de propostas para o ano subsequente e propostas de revisão necessárias, inclusive aquelas a serem encaminhadas à Assembleia Geral.

©.III Benefícios

Objetivo

A Companhia concede um pacote de benefícios, como incentivo de curto prazo, este fazendo parte de sua remuneração mensal, respeitados os parâmetros de mercado e regiões de atuação. Itens comumente abrangidos por esse pacote incluem: plano de saúde e odontológico, plano de previdência complementar, seguro de vida e ticket refeição, entre outros.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Os reajustes dos planos de saúde e odontológico se darão mediante negociação contratual entre a Ânima e as operadoras, enquanto os demais benefícios serão reajustados quando houver a necessidade de uma melhor equiparação frente aos valores praticados no mercado.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês recebem apenas remuneração fixa e um benefício mensal para Home Office, sem nenhum tipo de bonificação ou qualquer tipo de remuneração variável.

A proporção de cada elemento da remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária pode variar e ocorreu, em relação aos três últimos exercícios, da seguinte forma:

Composição da Remuneração	2023	2022	2021
Remuneração Fixa	75,2%	50,60%	56,77%
Remuneração Variável	19,6%	40,96%	40,19%
Benefícios	5,2%	2,44%	3,04%
TOTAL	100%	100%	100%

Incluir aqui indicadores ligados a questões ASG, se aplicável

Não aplicável. Atualmente não consideramos os índices de ASG para influenciar na remuneração, mas estamos amadurecendo os conceitos para que futuramente possamos considerar.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns membros de nossa Diretoria (3 membros) e do Conselho de Administração (2 membros) tem valores recebido pelas atividades exercidas exclusivamente para uma de nossas subsidiárias. O percentual médio pago pela subsidiária aos membros da diretoria, responde por 4,3% da remuneração total dos membros nesta condição, enquanto o percentual médio pago aos membros do C.A. foi de 15,8% da remuneração total destes membros nesta condição.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário nos envolvendo.

8.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total Prevista Para o Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,92	5,67	4,58	19,17
Nº de membros remunerados	8,92	5,67	4,58	19,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.655.083,75	7.113.936,91	688.209,36	14.457.230,02
Benefícios direto e indireto	21.700,00	405.668,33	7.700,00	435.068,33
Participações em comitês	2.004.502,50	0,00	0,00	2.004.502,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.962.329,83	0,00	3.962.329,83
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Outro Benefícios de Remuneração				0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	3.857.397,39	0,00	3.857.397,39
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	268.510,85	0,00	268.510,85
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	8.681.286,25	15.607.843,30	695.909,36	24.985.038,92

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92	16,42
Nº de membros remunerados	8,58	4,92	2,92	16,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.788.105,04	5.279.478,03	356.660,60	10.424.243,67
Benefícios direto e indireto	14.341,05	365.466,96	2.240,00	382.048,01
Participações em comitês	1.297.362,70	0,00	0,00	1.297.362,70
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.076.377,47	0,00	1.076.377,47
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Outro Benefícios de Remuneração				0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	302.794,76	0,00	302.794,76
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.099.808,79	7.024.117,22	358.900,60	13.482.826,61

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	5,00	3,00	15,92
Nº de membros remunerados	7,92	5,00	3,00	15,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.194.000,00	5.214.251,77	282.515,25	9.690.767,02
Benefícios direto e indireto	22.068,92	251.137,34	3.920,00	277.126,26
Participações em comitês	1.831.000,00	0,00	0,00	1.831.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.411.025,61	0,00	2.411.025,61
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				0,00
Outro Benefícios de Remuneração				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.427.734,23	0,00	2.427.734,23
Observação	Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.047.068,92	10.304.148,95	286.435,25	16.637.653,12

Remuneração total do Exercício Social corrente encerrado em 31/12/2021 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,33	5,00	3,00	15,33
Nº de membros remunerados	7,33	5,00	3,00	15,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.500.000,00	4.464.185,50	247.576,62	7.211.762,12
Benefícios direto e indireto	0,00	239.272,04	0,00	239.272,04
Participações em comitês	1.672.000,00	0,00	0,00	1.672.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.159.951,37	0,00	3.159.951,37
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular CVM/SEP no. 01/2021. Adicionalmente, informamos que o item Participações em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto dos membros do Conselho de Administração quanto dos membros convidados.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular CVM/SEP no. 01/2021.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular CVM/SEP no. 01/2021.	
Total da remuneração	4.172.000,00	7.863.408,91	247.576,62	12.282.985,53

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,92	5,67	4,58	19,17
Nº de membros remunerados	8,92	5,67	4,58	19,17
Em relação a Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.962.329,83	0,00	3.962.329,83
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.641.553,22	0,00	2.641.553,22
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-
Em relação a Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO - 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92	16,42
Nº de membros remunerados	8,58	4,92	2,92	16,42
Em relação a Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.225.872,64	0,00	3.225.872,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.150.812,92	0,00	2.150.812,92
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	1.076.377,47	-	1.076.377,47
Em relação a Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO - 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	5,00	3,00	15,92
Nº de membros remunerados	7,92	5,00	3,00	15,92
Em relação a Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.132.525,50	0,00	4.132.525,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.951.803,93	0,00	2.951.803,93
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		2.411.025,61		2.411.025,61
Em relação a Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	5	3	15,33
Nº de membros remunerados	7,33	5	3	15,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	542.668,24	N/A	542.668,24
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.757.113,25	N/A	4.757.113,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	2.922.059,74	N/A	2.922.059,74
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	3.159.951,37	N/A	3.159.951,37
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

8.4.1. Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias

a. Termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as disposições do Plano, são elegíveis a participar do Plano membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle ("Beneficiários").

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas neste instrumento. Ainda, será facultado ao Conselho de Administração delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("Comitê"). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, por maioria. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições deste Plano, nosso Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos diretores, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (d) a emissão de novas ações da nossa Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; (e) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da nossa Assembleia Geral Extraordinária; (f) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas; (g) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, razão pela qual o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle, bem como estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante perante a nossa Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de competência do Conselho de Administração.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga.

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da nossa Companhia, com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

b. Incluir data de aprovação e órgão responsável

A Companhia possui um Plano de Opção de Compras de Ações Ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, possui Planos de Ações para a outorga de Ações da Ânima Holding S.A., aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018, que contempla dois Programas ("ILP1" e "ILP2"), descritos adiante. E, ainda um Plano Stock Purchase, que se trata de um Plano Geral para Aquisição de Ações, aprovado na AGE de 31/08/2015

c. Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item 'f' acima, as Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

e. Condições de aquisição de ações

As Opções poderão ser exercidas desde que integralmente atendidas as condições, exigências, assim como respeitados os períodos de carência e os cronogramas previstos no Plano e nos Termos de Adesão.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou compra de cada Ação a ser subscrita pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) no momento de sua outorga ao respectivo Beneficiário mediante assinatura do Termo de Adesão, devendo esse preço ser fixado em moeda corrente nacional. O preço deverá estar vinculado às cotações das ações da Companhia, mas o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) terá liberdade para fixar os parâmetros para fixação dos valores ("Preços de Exercício").

g. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários.

Nos termos do Plano, as Opções outorgadas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê, caso a caso, na data da outorga da Opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos, contado da data da outorga da Opção.

h. Forma de liquidação

O Beneficiário deverá realizar o pagamento em moeda corrente nacional, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

i. Restrições à transferência das ações

As Opções concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. É vedada a criação pelos Beneficiários de instrumentos financeiros de derivativos atrelados ou relacionados às Opções. As ações decorrentes do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da nossa Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou de bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da nossa Companhia, (d) pela nossa dissolução e liquidação, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste Plano.

Exceto pela extinção do Plano por deliberação dos nossos acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos. Caso extinção do Plano se dê por ocasião de reorganização societária da nossa Companhia, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos, salvo se as deliberações sobre a reorganização expressamente estabeleçam a permanência do Plano ou das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por outras.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para fins do Plano, o desligamento do Beneficiário significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário da Opção conosco ou com nossas controladas, exceto aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento ("Desligamento"). Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Desligamento por Interesse da Companhia ou do Beneficiário. Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do Desligamento, e mediante pagamento à vista, independentemente se disposto de forma diversa no Termo de Adesão. Além disso, caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do Desligamento para efetuar o pagamento integral ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado. O Conselho de Administração poderá estender os prazos constantes neste item, desde que devidamente justificado, para adequar às circunstâncias específicas do caso.

Desligamento por Justa Causa. No caso de Desligamento do Beneficiário ocorrer em razão de justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente nesta mesma data, e mediante pagamento à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário deverá efetuar o pagamento integral do valor restante na data do Desligamento, ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Opção de Compra da Companhia. Nós ou terceiros por nós indicados, teremos, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de Desligamento do Beneficiário, a opção de compra de todas as ações subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário em virtude do Plano, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas após o Desligamento em virtude de Opções já exercíveis ou em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados no Plano, por valor correspondente à cotação média das nossas ações nos últimos 30 (trinta) pregões, contados da data de Desligamento.

Falecimento. Em caso de falecimento de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a Opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do

Beneficiário, por sucessão legal o por disposição testamentária até o término do prazo da Opção outorgada, podendo a Opção ser exercida no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do Beneficiário, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, os herdeiros e/ou sucessores terão o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados do falecimento se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Invalidez Permanente ou Aposentadoria. Em caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de Ihe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

8.4.2. Plano Baseado em Ações

a. Termos e condições gerais

O Plano de Ações é composto de dois Programas:

-ILP1: que consiste na bonificação por meio da transferência ao Beneficiário, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras constantes do Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico") até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sujeitas a vesting.

-ILP2: que consiste na bonificação daqueles que tiverem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e que decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito, sendo que a bonificação em ações se dará por meio da transferência, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico").

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários sejam premiados com ações da nossa Companhia ("ILP2"), com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa com base na função desempenhada, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos, por meio de entrega de resultados acima do esperado.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. O plano alinha os interesses dos participantes aos da Companhia, uma vez que os participantes contam com um incentivo adicional para implementar ações de curto, médio e longo prazos que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo e que devem se refletir na valorização das ações da Companhia.

b. Incluir data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações para Outorga de Ações da Ânima Holding S.A., foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018.

c. Número máximo de ações abrangidas

As ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 1% (um por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d. Número máximo de ações a serem outorgadas

Não aplicável. O regulamento de cada programa estabelece limites para participação do Beneficiário, mas não estão expressos em quantidade máxima de ações.

e. Condições de aquisição de ações

Conforme regulamento constante em cada um dos programas vigente ("ILP1" e "ILP2").

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

g. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários. A partir do momento que as ações são entregues aos Beneficiários, conforme regras de cada Programa, ficará a seu exclusivo critério o momento do exercício.

As ações concedidas aos Beneficiários no programa "ILP1" terão período de vesting de 3 (três) anos, podendo ser liberadas na proporção de 1/3 a cada 12 meses da sua concessão. Para o "ILP2", somente poderão ser liberadas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser liberadas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê. Até que se cumpra cada um dos períodos de vesting as ações não serão devidas e, portanto, não serão de titularidade do Beneficiário, razão pela qual não farão jus, durante referido período, a qualquer fruto ou produto das mesmas, inclusive a título de dividendos.

h. Forma de liquidação

As ações objeto da bonificação deverão ser entregues pela Companhia aos Beneficiários no prazo previsto em cada regramento a contar do encerramento do prazo de cada um dos períodos de vesting.

i. Restrições à transferência das ações

As ações concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. As ações não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano vigorará por tempo indeterminado, não havendo nenhum critério ou evento previsto que possa ocasionar a sua suspensão, alteração ou extinção.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano baseado em ações, cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às ações, de modo que os direitos conferidos ao beneficiário de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados.

8.5 - Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.6 - Outorga de opções de compra de ações

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.7 - Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que não constam opções em aberto dos membros do Conselho de Administração e nem dos membros da Diretoria Estatutária no exercício social corrente e nos anteriores.

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos quaisquer opções de compra de ações de nossa emissão outorgadas no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Somente a Diretoria possui remuneração baseada em ações.

Ano	2024 (Previsto)
Órgão	Diretoria
Número de membros	5,67
Número de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,010%

Ano	2023
Órgão	Diretoria
Número de membros	4,92
Número de membros remunerados	4
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,021%

Ano	2022
Órgão	Diretoria
Número de membros	5
Número de membros remunerados	3
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,108%

Ano	2021
Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Número de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,011%

8.10 - Outorga de ações

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,92	5,67	4,58
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,58	4,92	2,92
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7	5	2,67
Nº de membros remunerados	0	1	0
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2022	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	25.179	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/12/2022	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	5,58	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	140.500,72	N/A

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,33	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2021	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	60.057	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2024	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	12,60	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	756.718,20	N/A

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,33	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Outorga	N/A	ILP-2	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2021	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	87.263	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2024	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	12,60	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.099.513,80	N/A

8.11 - Ações entregues

Ações Entregues referente ao exercício social encerrado 2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,58	4,92
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Nº de ações	N/A	79.817
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	3,79
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	3,53
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		20.752,42

Ações Entregues referente ao exercício social encerrado 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,92	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Nº de ações	N/A	406.972
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	5,97
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	7,48
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		614.527,72

Ações Entregues referente ao exercício social encerrado 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,33	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Nº de ações	N/A	45.000
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	6,43
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	11,02
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		206.550,00

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.8.4 deste Formulário.

8.13 - Participações detidas por órgão

Em 31 de dezembro de 2023

Companhia						
Órgão	Ações (uni.)	ON (%)	Ações (uni.)	PN (%)	Total de Ações	%
Conselho de Administração	56.567.568	14,00	0	0	56.567.568	14,00
Diretoria	36.063.612	8,93	0	0	36.063.612	8,93
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0
Total de Ações	92.631.180	22,93	0	0	92.631.180	22,93

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável. Não há plano de previdência vigente para os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de algum dos Comitês.

8.15 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Nº total de membros	4,92	5,00	5,00	8,58	7,92	7,33	2,92	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,92	5,00	5,00	8,58	7,92	7,33	2,92	3,00	3,00
valor da maior remuneração(R\$)	1.705.353,31	2.806.240,88	1.899.630,22	1.801.680,00	1.576.680,00	780.000,00	113.863,00	95.691,75	84.689,64
valor da menor remuneração(R\$)	597.774,66	1.133.003,63	1.211.044,44	40.560,00	300.000,00	300.000,00	32.743,00	29.360,00	84.689,64
valor médio de remuneração(R\$)	1.170.686,20	1.717.358,16	1.572.681,78	435.995,00	600.830,56	425.000,00	89.725,15	71.608,81	82.525,54

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2023	A diretoria contou com 6 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2022	A diretoria contou com 6 membros ao longo de todo exercício de 2022, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.

Conselho de Administração	
31/12/2023	A diretoria contou com 11 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2022	-
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.

Conselho de Fiscal	
31/12/2023	O Conselho Fiscal contou com 4 membros ao longo de todo exercício de 2023, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2022	O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2022, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2021.

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não possuímos arranjos contratuais ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Entretanto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode celebrar contrato com administradores prevendo indenização como compensação pela vedação de práticas de atos considerados de concorrência com a Companhia, estando o valor abrangido no montante de remuneração global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

8.17 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Previsão exercício de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,92	5,67	4,58
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	6.670.063,75	15.607.843,30	695.909,36
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	3.317.040,00	6.999.642,96	0
% da Remuneração total do órgão	49,84%	44,85%	0%

Exercício de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,58	4,92	2,92
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	4.795.945,04	7.024.117,22	358.900,60
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.825.040,00	2.382.705,90	0
% da Remuneração total do órgão	58,90%	33,92%	0%

Exercício de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,92	5,75	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	4.806.644,46	10.304.148,95	286.435,25
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.866.064,46	3.765.037,30	0
% da Remuneração total do órgão	65,28%	39,33%	0%

Exercício de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,33	5,00	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	3.400.000,00	7.863.408,91	247.576,62
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.650.000,00	3.475.726,16	0
% da Remuneração total do órgão	48,53%	44,20%	0,00%

8.18 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam e não há previsão para pagamentos em 2024

8.19 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

2024 (Previsto)

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	1.001.250,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	1	311.025,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.

2023

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	901.651,64	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	1	300.825,82	Honorários por participação no Conselho de controlada.

2022

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	525.000,00	Honorários por participação no Conselho de controlada.
Diretoria	2	448.124,90	Honorários por participação no Conselho de controlada. Benefícios

Não houve, no exercício social de 2021, valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária, de nossa Diretoria não Estatutária ou do Conselho Fiscal.

08.20 - Outras informações relevantes

No item 8.2 do Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração

Mês	Previsto 2024	2023	2022	2021
Janeiro	8	7	8	7
Fevereiro	9	8	8	7
Março	9	8	8	7
Abril	9	8	8	7
Maio	9	9	8	7
Junho	9	9	8	7
Julho	9	9	8	7
Agosto	9	9	8	7
Setembro	9	9	8	8
Outubro	9	9	8	8
Novembro	9	9	8	8
Dezembro	9	9	7	8
Total	107	103	95	88
Média	8,92	8,58	7,92	7,33

Diretoria

Mês	Previsto 2024	2023	2022	2021
Janeiro	4	5	5	5
Fevereiro	4	5	5	5
Março	6	5	5	5
Abril	6	5	5	5
Maio	6	5	5	5
Junho	6	5	5	5
Julho	6	5	5	5
Agosto	6	5	5	5
Setembro	6	5	5	5
Outubro	6	5	5	5
Novembro	6	5	5	5
Dezembro	6	4	5	5
Total	68	59	60	60
Média	5,67	4,92	5,00	5,00

Conselho Fiscal

Mês	Previsto 2024	2023	2022	2021
Janeiro	2	3	3	3
Fevereiro	3	3	3	3
Março	5	3	3	3
Abril	5	3	3	3
Maio	5	3	3	3
Junho	5	3	3	3
Julho	5	3	3	3
Agosto	5	3	3	3
Setembro	5	3	3	3
Outubro	5	3	3	3
Novembro	5	3	3	3
Dezembro	5	2	3	3
Total	55	35	36	36
Média	4,58	2,92	3,00	3,00

Observação – A variação no número previsto de 2024 a partir do mês de março, são referentes as vagas em aberto.